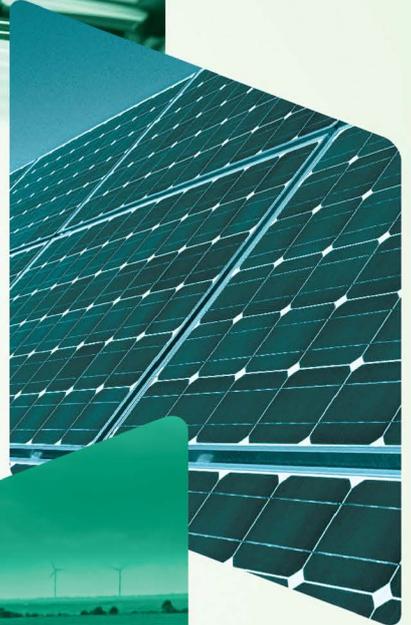


DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1º SEMESTRE DE 2022



MENSAGEM DA DIRETORIA

A Diretoria do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, em cumprimento às determinações legais e regimentais, apresenta as Demonstrações Financeiras relativas ao semestre encerrado em 30 de junho de 2022.

O BRDE é uma instituição financeira pública pertencente aos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, operando na Região Sul do Brasil desde 1961, com a missão de promover e liderar ações de fomento ao desenvolvimento econômico e social de toda a região de atuação, apoiando as iniciativas governamentais e privadas, através do planejamento e do apoio técnico, institucional e creditício de longo prazo.

No primeiro semestre de 2022, a redução das restrições sanitárias permitiu a maior circulação de pessoas e “normalização” de diversas atividades, o que forneceu impulso positivo aos negócios. Porém, as escaladas da inflação e da taxa de juros, tanto no Brasil como no resto do mundo, provocaram efeitos negativos na economia, principalmente na renda das classes menos favorecidas. A Região Sul ainda sofreu os impactos negativos de uma das maiores estiagens dos últimos 70 anos, com perda econômica estimada de até R\$ 76 bilhões.

Apesar de todas as dificuldades verificadas na economia desde o início da pandemia, as estratégias do BRDE vêm se mostrando eficientes, apoiando projetos sustentáveis e inovadores em paralelo com a disseminação do crédito aos pequenos empreendedores. Tais iniciativas do BRDE estão alinhadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), tendo em vista que nesse semestre 77,4% das contratações de financiamento estão aderentes a pelo menos um ODS.

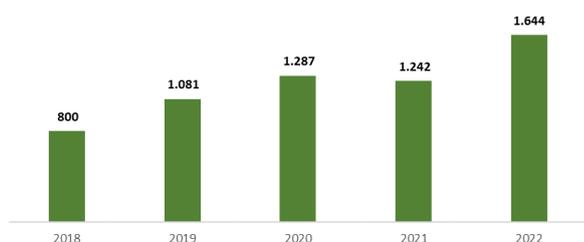
Além dessa repercussão no desenvolvimento sustentável, o dinamismo do BRDE torna-se evidente a partir dos seus sucessivos resultados operacionais e financeiros positivos. O BRDE logrou aumentos consideráveis nos montantes de contratação e de liberação de recursos, influenciados principalmente pelas operações com micro e pequenos empreendedores. As contratações somaram R\$ 1,6 bilhão, ao passo que as liberações alcançaram R\$ 1,7 bilhão, apresentando expressivos crescimentos em relação ao mesmo semestre de 2021. Com essa performance, a carteira de crédito do BRDE obteve aumento relevante nesse primeiro semestre de 2022, atingindo a nova marca de R\$ 14,7 bilhões.

Desempenho Operacional

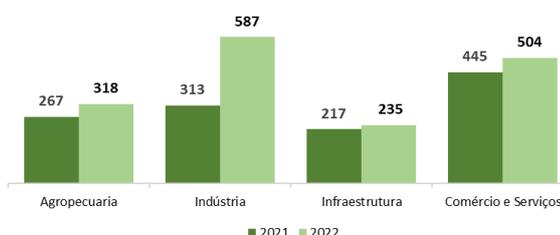
As contratações do BRDE no primeiro semestre de 2022 alcançaram R\$ 1,64 bilhão, sendo 32,4% maior do que o verificado no mesmo período do ano anterior, em termos nominais. Ressalta-se o elevado número de financiamentos contratados, cerca de 6.962, um aumento de 400% em comparação a 2021. Esse expressivo número de contratos foi possível devido ao lançamento do Programa Juro Zero, do governo do Estado do RS, que proporcionou o apoio a 5.726 clientes, perfazendo uma média de R\$ 30,3 mil por financiamento. A efetivação da distribuição do crédito promove inúmeros pequenos e médios empreendimentos, cumprindo a missão social do desenvolvimento.

O volume contratado apresentou elevação em todos os setores de atividade em 2022. O setor com maior montante destinado foi a Indústria, com valor de R\$ 587 milhões, sendo também a variação percentual mais expressiva, com 87,7% na comparação com 2021.

Contratações BRDE - 1º semestre
R\$ milhões - Valores nominais

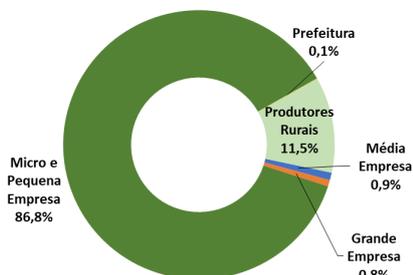


Contratações por setor - 1º semestre
R\$ milhões - Valores nominais

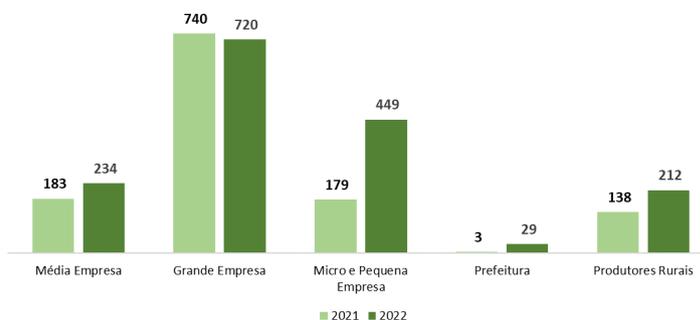


Em relação ao número de operações contratadas, 86,8% foram direcionadas às micro e pequenas empresas. Esse mesmo segmento obteve R\$ 449,2 milhões em financiamentos do BRDE em 2022, o equivalente a 27,3% de todos os recursos concedidos e uma variação de 150,9% em relação aos valores contratados no mesmo período do ano anterior. Esses dados demonstram o sucesso do esforço do BRDE em apoiar os pequenos empreendedores, principalmente em época de adversidades econômicas.

Contratações por porte - Nº de clientes - 2022



Contratações por Porte - 1º semestre
R\$ milhões - Valores nominais

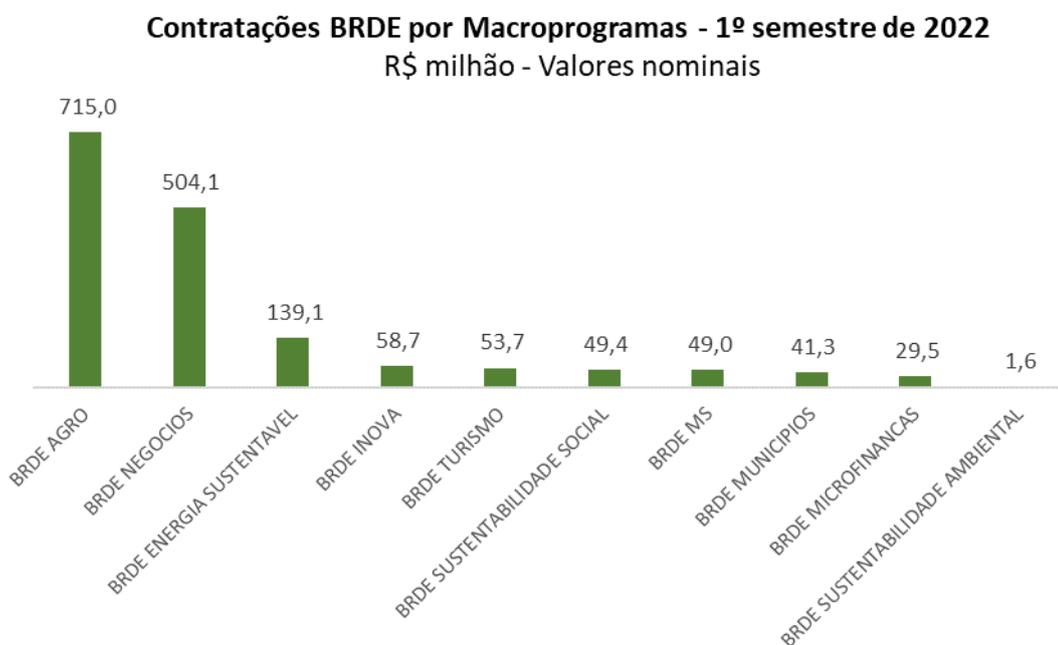


Do total contratado no 1º semestre de 2022, 76,6% foram com recursos do Sistema BNDES. Foram utilizados recursos próprios, 6,6%, no âmbito do Promove Sul e para programas de crédito rural com equalização de taxas de juros pela STN. Também foram utilizados recursos de fontes externas, que totalizaram 5,0% das contratações do semestre, oriundos do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) e do Banco Europeu de Investimentos (BEI), três parcerias firmadas nos anos recentes com a internacionalização das fontes do BRDE.

Com a retomada mais evidente da economia nesse primeiro semestre, os investimentos em inovação acompanharam essa aceleração. As contratações do BRDE para projetos de inovação, por meio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), alcançaram R\$ 65,5 milhões, representando 3,9% das contratações do semestre, um aumento de 280% em relação ao mesmo semestre de 2021. Com isso, o BRDE mantém sua posição de maior repassador de recursos da Finep em âmbito nacional.

O BRDE também contou com recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), que representaram 3,6%, das contratações totais do Banco no semestre e foram utilizados para apoio as empresas sediadas no Mato Grosso do Sul, estado limítrofe da Região Sul. Também foram utilizados recursos específicos para o turismo, do Fundo Geral de Turismo – Fungetur, que totalizaram 3,3% e do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – Funcafé, 0,9%.

O BRDE consolidou os seus Programas de Desenvolvimento em Macroprogramas, conforme a temática do projeto de investimento. Os Macroprogramas estabelecidos são: Agro, Sustentabilidade Ambiental, Sustentabilidade Social, Inovação, Energia Sustentável, Turismo, Municípios, Microcrédito e Negócios. A nova estrutura passou a ser um importante norteador de toda a carteira de crédito do Banco, alinhada aos Objetivos Estratégicos. O gráfico a seguir apresenta as contratações por Macroprograma no primeiro semestre de 2022:

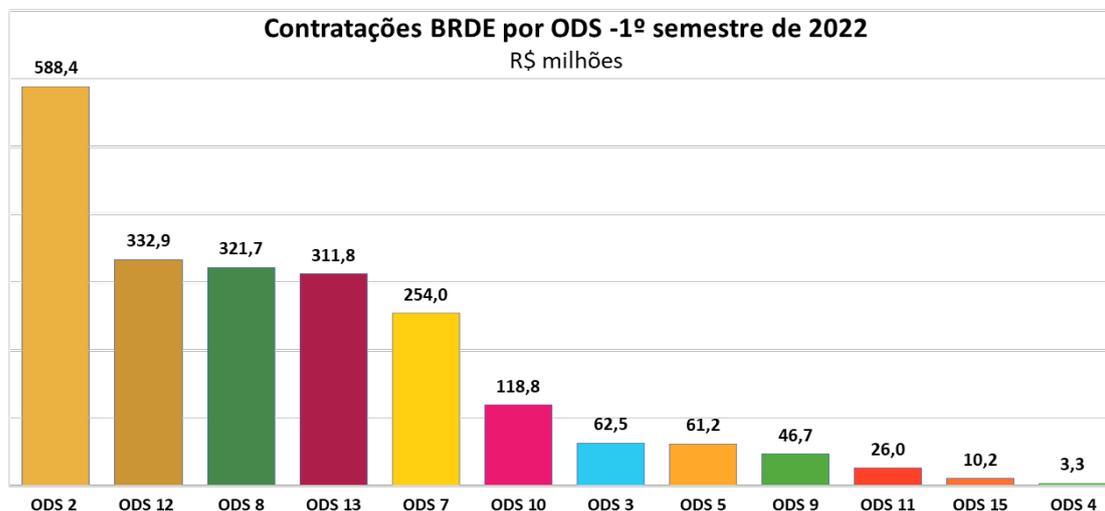


Aderência das contratações do BRDE aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)

O BRDE iniciou a aplicação de sua Taxonomia de projetos/atividades sustentáveis em 2021 somente para as operações de crédito diretas. Nesse semestre, o BRDE ampliou o escopo da sua Taxonomia, integrando também as contratações indiretas, realizadas por instituições conveniadas. Desse modo, todos financiamentos efetivados pelo Banco passaram a ser analisados e classificados pela ótica dos ODS.

No primeiro semestre de 2022, o BRDE realizou R\$ 1,64 bilhão em financiamentos, dos quais R\$ 1,27 bilhão, equivalente a 77,4%, com alinhamento a pelo menos um Objetivo de Desenvolvimento Sustentável. De forma complementar, o BRDE apoia projetos aderentes a um, dois, três ou mais ODS ao mesmo tempo, e essa metodologia também contabiliza esse esforço total, considerando a contribuição multiplicada dos financiamentos do Banco aos ODS. Este esforço consolidado alcançou R\$ 2,13 bilhões entre janeiro e junho de 2022.

No gráfico a seguir, destacamos os ODS mais impactados positivamente pelo crédito realizado pelo BRDE:



O ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável foi o Objetivo em que o BRDE mais contribuiu nesse semestre, com R\$ 588,3 milhões financiados. Esse montante compreende os investimentos nas cooperativas agroindustriais, na agricultura familiar, armazenamento de grãos, projetos de integração lavoura/pecuária, sistema de irrigação, entre outras finalidades.

O BRDE financiou R\$ 332,9 milhões para projetos que contribuíram para os desafios do ODS 12 - Produção e Consumo Sustentáveis. Muitos dos investimentos apoiados foram para a geração de energia por fontes renováveis, como fotovoltaica, Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) e biomassa, além de projetos de eficiência energética.

O ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento econômico foi apoiado com R\$ 321,7 milhões. Essa performance decorreu do significativo montante destinado ao microcrédito, a ampliação do acesso financeiro às micro e pequenas empresas e ao crédito para recuperação da economia tendo em vista os efeitos da pandemia, principalmente pelo Programa Juros Zero do Rio Grande do Sul.

Com o avanço da implementação da Taxonomia, o BRDE apresenta para a sociedade os retornos da sua efetivação como instituição pública de desenvolvimento. O objetivo a partir desse momento é aprimorar o acompanhamento e a divulgação dos resultados.

Destaques Financeiros

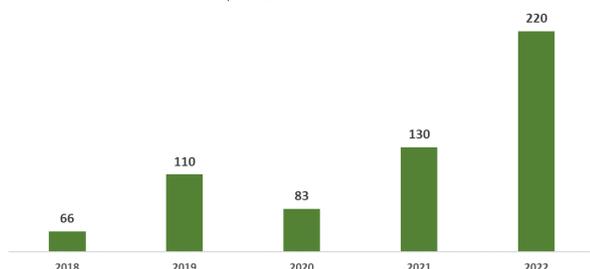
O BRDE obteve o maior resultado da história considerando os primeiros seis meses do ano, com o montante de R\$ 219,9 milhões de lucro líquido, correspondendo a um crescimento de 68,5% em relação ao mesmo exercício do ano anterior, em termos nominais. Essa performance foi alcançada, principalmente, pelo aumento das rendas de operações de crédito e de aplicações financeiras, em paralelo à apuração de resultado positivo na rubrica contábil de provisões para créditos de liquidação duvidosa.

O Ativo total atingiu R\$ 17,8 bilhões, o que corresponde a um crescimento de 10,5%. O patrimônio líquido alcançou R\$ 3,6 bilhões, mantendo a trajetória de novos recordes a cada exercício, o que proporciona maior alavancagem e capacidade financeira para o Banco financiar o desenvolvimento da sua região de atuação.

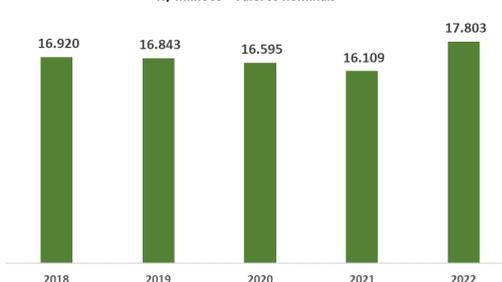
A carteira de operações de crédito do BRDE alcançou R\$ 14,7 bilhões em junho de 2022, sendo composta por 38,7 mil clientes ativos, cujos empreendimentos financiados estavam localizados em 1.206 municípios, sendo 1.141 da Região Sul, 55 de Mato Grosso do Sul e 8 de São Paulo, estados limítrofes em que o Banco também atua.

O índice de inadimplência, a partir de 90 dias, manteve sua estabilidade em baixo patamar, alcançando 0,57% em junho.

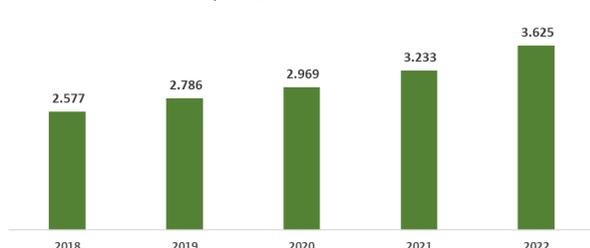
Resultado Líquido BRDE - 1º semestre
R\$ milhões - Valores nominais



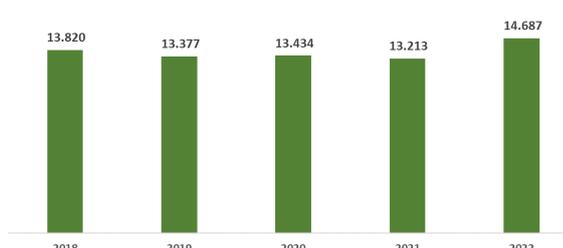
Ativo Total BRDE - 1º semestre
R\$ milhões - Valores nominais



Patrimônio Líquido BRDE - 1º semestre
R\$ milhões - Valores nominais



Operações de Crédito BRDE 1º semestre
R\$ milhões - Valores nominais



Destaques Institucionais

Instrumentos de Apoio à Inovação

O Programa BRDE INOVA congrega os principais instrumentos de apoio a inovação utilizados pelo Banco, dividido em três frentes de atuação: financiamentos, aporte de capital via Fundos de Investimento em Participações (FIPs) e programas de aceleração de *startups*, BRDE Labs. O Banco também atua promovendo não só os negócios como a conexão entre os diversos atores em prol da inovação, como foi o caso da participação no South Summit.

As contratações do BRDE para projetos de inovação, principalmente por meio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), alcançaram R\$ 65,5 milhões, um aumento de 280% em relação ao mesmo semestre de 2021.

Nesse semestre, R\$ 3,14 milhões foram integralizados nos três Fundos de Investimento em Participação (FIPs) que o BRDE é cotista: Criatec 3, FIP Anjo e TM3 Capital VC4.

Programa BRDE Labs

O Programa BRDE Labs é um instrumento criado para acelerar o desenvolvimento do ambiente de inovação na Região Sul. O Programa tem como foco a aceleração de startups, de forma a alavancar recursos futuros ou parcerias que contribuam para o seu êxito operacional, oferecendo de forma gratuita capacitação e oportunidades para geração de negócios.

O BRDE Labs 2022 coordenado pela Agência do BRDE do Paraná, tem como temática principal o conceito de ESG (*Environmental, Social and Governance*). Nove empresas paranaenses selecionadas serão as âncoras, entre elas o próprio BRDE, tendo cada uma delas sua lista de desafios. A aceleradora Hotmilk, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), é novamente parceira na terceira edição do programa, que conta também com o apoio da American Chamber of Commerce for Brazil (AMCHAM). Na esteira do Programa, o BRDE inaugurou um novo espaço no parque tecnológico da Hotmilk, dentro da PUCPR.

A nova edição do BRDE Labs coordenado pela agência do Rio Grande do Sul é conduzida mais uma vez em parceria com a Universidade Feevale, através do Feevale Techpark. O foco da iniciativa desse ano é a aceleração e a conexão das startups com grandes empresas e instituições de diversas áreas do Rio Grande do Sul. Para isso, sete empresas âncoras já foram escolhidas para apresentar seus desafios às startups selecionadas para participar do Programa.

O BRDE Labs que será coordenado pela agência de Santa Catarina, lançado em junho, oferece um programa de desenvolvimento de startups com o apoio operacional da Associação Catarinense de Tecnologia (ACATE), aproveitando sua expertise em termos de metodologia de desenvolvimento de empresas de tecnologia e conexão com o ecossistema. O foco será no processo de *growth* (crescimento), que trabalha especialmente as áreas de modelo de negócio, comercial e marketing visando apoiar na estruturação e validação das estratégias e processos internos para consolidar um negócio viável e escalável.

BRDE fomenta conexões no South Summit Brasil

O South Summit, um dos maiores eventos internacionais de inovação e fomento às startups, teve sua primeira edição no Brasil realizada em maio, em Porto Alegre. O evento contou com mais de 20 mil pessoas de 50 países, mais de 500 palestrantes sendo 50 deles internacionais, e mais de mil projetos inscritos para a competição de startups de 76 países diferentes.

Como um dos apoiadores do South Summit Brasil, o BRDE teve uma participação especial na programação do encontro, integrando momentos de debates sobre diversidade, sustentabilidade, oportunidades para aceleração de startups, e ações para o fortalecimento da indústria de jogos eletrônicos. No evento, o BRDE também lançou a terceira edição do BRDE Labs no Paraná e no Rio Grande do Sul.

Programa *Dev the Devs* teve sua primeira formação concluída

O Programa *Dev the Devs*, concluído em junho, oportunizou a formação de mil jovens, 500 meninos e 500 meninas da rede pública estadual de ensino do Rio Grande do Sul para iniciarem a carreira de desenvolvedores de sistemas na área da TI a partir de um curso online, tendo certificado 455 alunos. O Programa foi elaborado conjuntamente pelo Parque Científico e Tecnológico da PUCRS (Tecnopuc), pela Rede Gaúcha de Ambientes Inovadores (Reginp), pela Associação de Empresas de Tecnologia (Assespro-RS), pelas Secretarias da Educação e da Inovação, Ciência e Tecnologia do Estado do RS, e pelo BRDE. O sucesso do *Dev the Devs* ensejou uma nova edição, a ser realizada no segundo semestre com abrangência nos três estados da Região Sul. Essa nova edição contará com apoio do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), por meio de recursos não reembolsáveis no âmbito da Cooperação Técnica com o BRDE.

Startups dos três estados da Região Sul são vencedoras do *Women on the Road*

O Programa *Women on the Road* foi criado com o objetivo de promover o desenvolvimento de startups em estágio inicial fundadas ou cofundadas por mulheres e de sensibilizar futuras empreendedoras. Ao se destacarem na etapa de imersão com workshops exclusivos e mentorias de outras empreendedoras, as startups Zoefertil (Rio Grande do Sul), Tech Pain (Santa Catarina) e Happy Track (Paraná) foram as vencedoras do Programa e ganharam como prêmio a oportunidade de validar os seus modelos de negócio como integrantes do ecossistema de inovação do Parque Científico e Tecnológico da PUCRS (Tecnopuc). Com o apoio do BRDE, por meio de patrocínio, o programa recebeu inscrições de 50 startups fundadas ou cofundadas por mulheres de diferentes regiões do país. Todas as etapas do programa, lançado no ano passado, foram desenvolvidas pelo Tecnopuc e Liga Ventures.

Programa Juro Zero do Rio Grande do Sul

O BRDE é parceiro do governo do Rio Grande do Sul na elaboração e operacionalização do Programa Juro Zero, o qual tem o objetivo de incentivar os empreendimentos para a retomada do crescimento da economia no estado. Pelo Programa, iniciado em fevereiro, as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais (MEIs) podem acessar recursos para capital de giro, sendo o custo financeiro relativo aos juros, pago pelo governo gaúcho, com prazo de financiamento de até 36 meses.

Para viabilizar o acesso a um maior número de interessados, o BRDE conta com a parceria de uma rede de cooperativas de crédito que atua nas mais diferentes regiões e todas com condições de atender nas respectivas agências e pontos de atendimento. Até junho, o BRDE financiou R\$ 173,6 milhões para um total de 5.726 clientes, perfazendo uma média de R\$ 30,3 mil por financiamento, no âmbito do Programa Juro Zero.

Banco do Agricultor

Desde 2021, o BRDE é parceiro na operacionalização do Banco do Agricultor Paranaense para ampliar o acesso ao crédito. O instrumento, criado pelo Governo do Estado do Paraná, auxilia produtores rurais, cooperativas, agroindústrias familiares, além de projetos de geração de energia através de fontes renováveis e destinados à irrigação, entre outros. Os clientes

conseguem, pelo Fundo de Desenvolvimento do Estado, o reembolso de uma parte dos juros e, nos casos de energia renovável, que constituem a maioria dos projetos, a totalidade desse custo financeiro. Até junho foram operacionalizados R\$ 70,3 milhões pelo BRDE, beneficiando 441 agricultores.

Parceria do BRDE com Agência Francesa de Desenvolvimento conquista destaque nacional

A parceria entre o BRDE e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), destinada a financiar projetos alinhados à produção e ao consumo sustentáveis, conquistou o primeiro lugar entre os projetos concorrentes ao Prêmio SAIN-ABDE. Iniciativa da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) e da Secretaria de Assuntos Econômicos Internacionais (SAIN) do Ministério da Economia. A cooperação entre as duas instituições saiu vitoriosa na categoria Instituições Financeiras de Desenvolvimento.

Com investimentos que já ultrapassaram R\$ 450 milhões, a cooperação técnica e financeira entre as duas instituições já contabiliza 78 projetos financiados na região Sul do país alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos pelas Nações Unidas. Os projetos abrangem, principalmente, a geração de energia com fontes renováveis, melhorias de eficiência na iluminação pública das cidades, gestão de resíduos e reciclagem.

Até o momento, o BRDE e a AFD estabeleceram dois contratos de empréstimo e cooperação técnica, o primeiro de 50 milhões de euros em 2018, e o segundo em 2020 no montante de 70 milhões de euros. Além disso, está em fase final a negociação para assinatura da terceira operação de crédito entre AFD e BRDE, com valor previsto de 100 milhões de euros, o que deverá ocorrer no segundo semestre.

Captação de recursos com Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste

A Diretoria do BRDE aprovou a captação de recursos com Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste (FDCO). Os projetos já estão em análise na Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), responsável pela aprovação técnica. Os investimentos serão realizados por empreendedores da Região Sul expandindo atuação no Mato Grosso do Sul (MS), e empresas daquele estado adquirindo bens e serviços da Região Sul. Os desembolsos para a efetivação dos projetos devem iniciar no segundo semestre de 2022.

FGP/SC- Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas de Santa Catarina

No primeiro semestre de 2022 foram realizados importantes avanços no processo de estruturação do Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas de Santa Catarina. O Fundo será representado e gerido pela Agência do BRDE de Santa Catarina.

Fundo Setorial do Audiovisual (FSA)

O BRDE é agente financeiro do Fundo Setorial do Audiovisual – FSA desde 2012. O Fundo é gerenciado pela Agência Nacional de Cinema – Ancine, e destina-se ao desenvolvimento de toda a cadeia produtiva da atividade audiovisual no Brasil, via utilização de diferentes instrumentos financeiros, tais como investimentos, financiamentos, operações de apoio e de equalização de encargos financeiros.

Nesse semestre, sete editais foram lançados na modalidade investimento, contemplando produção e comercialização de obras audiovisuais brasileiras, totalizando em R\$ 386,6 milhões. Na modalidade crédito, foram abertas quatro linhas de financiamento, com o objetivo de financiar a modernização de equipamentos necessários à produção, pós-produção, distribuição, exibição, programação e comercialização de conteúdo audiovisual, entre outros investimentos.

Desde o início da atuação do Banco como agente financeiro do FSA, foram aproximadamente R\$ 3 bilhões efetivados em 4.417 contratos entre investimento e crédito ao audiovisual.

Estiagem

O BRDE buscou iniciativas e estudou soluções a fim de reduzir os impactos da severa estiagem ocorrida no início de 2022 na Região Sul do país. Dados apontaram para a pior estiagem dos últimos 70 anos. Diante desse quadro que afetou diretamente a produção agrícola, com efeitos negativos em outras atividades, o BRDE elaborou um estudo para uma ampla discussão com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e outros agentes setoriais e governamentais.

Como resultado da análise conjunta da situação, o Governo Federal publicou o Decreto nº 11.029, que concedeu um abatimento na parcela ou na liquidação das operações de crédito rural de custeio e investimento contratadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Os produtores rurais localizados em municípios afetados, que tenham decretado situação de emergência ou estado de calamidade pública em função da estiagem, foram beneficiados. No primeiro semestre, foram contemplados 3.306 contratos, com valor total de R\$ 7,1 milhões.

Também em função da estiagem que afetou a Região Sul do país, houve aumento no volume de prorrogações nas linhas de refinanciamento de programas agrícolas. No primeiro semestre, foram aprovados refinanciamentos agrícolas para 42 contratos, que totalizaram R\$ 24,4 milhões.

Campanha de Renegociação de Dívidas

O BRDE aderiu à Campanha de Renegociação de Dívidas promovida pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), que tem o objetivo de realizar um movimento para renegociação de dívidas de empresas com operação de crédito e garantia do Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (FAMPE) que estejam em situação de atraso. A finalidade é intensificar o crédito assistido e estimular a regularização dos contratos com sinais de inadimplência, de forma a prevenir medidas judiciais e o acionamento da honra.

Comitê Técnico Público-Privado de ESG

No mês de fevereiro, o Governo do Estado do Paraná publicou o Decreto 10386 que instituiu o Comitê Técnico Público-Privado de ESG para formulação de diretrizes e propostas estruturantes nas áreas ambientais, sociais e de governança no âmbito do Estado do Paraná. O comitê visa tornar o Paraná uma referência nacional em gestão de sustentabilidade, inclusão social e competitividade no ambiente de negócios. O Comitê é formado por empresas públicas, secretarias de Estado e o setor privado. A iniciativa promove a cooperação a partir da apresentação das boas práticas existentes pelo mundo e criando novos projetos relacionados à

sustentabilidade. Foram instituídos 10 temas de interesse para o Estado, e o BRDE coordena o tema Pequenas e Médias Empresas e Empreendedorismo.

Gerenciamento de Riscos

O BRDE, em atendimento às disposições da Resolução CMN nº 4.557/2017 e de regulamentação complementar, possui estrutura de gerenciamento de riscos segregada das demais unidades de negócio. A Superintendência de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance* (SURIS) é a responsável pela elaboração e revisão das políticas e dos relatórios de gerenciamento de riscos, sendo as suas aprovações de responsabilidade do Conselho de Administração, após apreciação da Diretoria, que o faz com base nas recomendações dos Comitês de Risco e de Gestão. O relatório que define a estrutura de gerenciamento de riscos está disponível no site do Banco (www.brde.com.br).

Em atendimento à Resolução BCB nº 54/2020, o BRDE apresenta seu Relatório de Divulgação de Informações de Risco, reunindo um conjunto abrangente de informações a respeito da sua gestão de risco e de capital. Ao proporcionar às partes interessadas amplo acesso às informações sobre os riscos e gestão, o BRDE busca atender às recomendações do Comitê de Basileia de Supervisão Bancária (Relatório de Pilar 3 – Disciplina de Mercado) em relação à transparência, favorecimento da disciplina de mercado e redução de assimetria de informações. O relatório de Pilar 3 é encontrado na seguinte seção do site do BRDE: <https://www.brde.com.br/gestao-de-riscos/>. Está disponível também em forma de dados abertos segundo as especificações estabelecidas pelo BACEN em: <https://dadosabertos.bcb.gov.br/dataset/pilar3>.

Agradecimentos

Os resultados apresentados à sociedade nesse relatório não seriam possíveis sem os esforços conjuntos com os estados-controladores e representantes da sociedade civil. Nesse contexto, a Diretoria agradece aos clientes pela decisão de contar com o apoio oferecido pelo BRDE, aos repassadores de recursos pela contínua e crescente parceria no processo de desenvolvimento, aos Governos dos Estados-Controladores, ao Conselho de Administração, aos Comitês de apoio e aos demais parceiros pela confiança depositada, e agradece, ainda, aos funcionários, reafirmando seu reconhecimento pela colaboração recebida.

Porto Alegre, 30 de junho de 2022.

ATIVO	Nota	30/06/2022	31/12/2021	PASSIVO	Nota	30/06/2022	31/12/2021
Disponibilidades	5	1.440	7.004	Depósitos a prazo		32.724	30.976
Instrumentos financeiros		17.644.372	16.985.605	Instrumentos financeiros		13.061.152	12.547.558
Títulos e valores mobiliários	5; 6	2.884.731	2.870.017	Repasses do país	12.1	12.116.571	11.608.201
Operações de crédito	7	14.550.775	13.909.459	Empréstimos e repasses do exterior	12.1	936.704	936.840
Outros instrumentos financeiros	8	208.866	206.129	Instrumentos financeiros derivativos	6.2	7.877	2.517
(-) Provisões por perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	(300.725)	(346.053)	Outras obrigações		675.061	719.491
Outros ativos		131.594	149.905	Fundos financeiros e de desenvolvimento	13	489.940	491.704
Rendas a receber		15.191	11.995	Impostos e contribuições sobre o lucro		127.982	172.948
Devedores por depósitos em garantia		62.222	89.604	Outros impostos e contribuições		11.544	14.810
Outros créditos	10	14.354	14.679	Outras obrigações	14	45.595	40.029
Ativos não financeiros mantidos para venda		40.511	34.125	Provisões		129.511	140.910
(-) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros mantidos para venda		(684)	(498)	Provisão para garantias financeiras prestadas	15	9.076	13.574
Créditos tributários	18.2	268.948	283.447	Provisão para contingências	16	89.543	98.388
Investimentos		602	602	Provisão para pagamentos a efetuar		30.892	28.948
Imobilizado	11	40.623	40.776	Passivo atuarial	25	230.952	237.300
Imobilizado de uso		71.604	70.437	Obrigações fiscais diferidas	18.2	48.611	61.460
(-) Depreciação acumulada		(30.981)	(29.661)	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		-	2.457
Intangível	11	16.465	17.180	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17	3.625.308	3.398.314
Ativos intangíveis		49.059	46.745	Capital social		1.842.783	1.734.924
(-) Amortização acumulada		(32.594)	(29.565)	Reservas de lucro		1.882.683	1.770.620
				Outros resultados abrangentes		(100.158)	(107.230)
TOTAL DO ATIVO		17.803.319	17.138.466	TOTAL DO PASSIVO		17.803.319	17.138.466

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	30/06/2022	30/06/2021
Receitas da intermediação financeira		861.037	632.208
Operações de crédito	7.5	715.612	579.639
Resultado com títulos e valores mobiliários		145.425	52.569
Despesas da intermediação financeira		(323.057)	(250.853)
Operações de captação		(1.748)	(122)
Operações com empréstimos e repasses	12.2	(325.495)	(241.381)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		12.787	2.851
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6.2	(8.601)	(12.201)
Resultado da intermediação financeira		537.980	381.355
Outras receitas operacionais		42.068	48.657
Receitas de prestação de serviços	19	21.165	20.382
Outras receitas operacionais	20	20.903	28.275
Despesas operacionais		(180.253)	(151.633)
Despesa com pessoal	21	(96.051)	(92.428)
Outras despesas administrativas	22	(26.888)	(21.559)
Despesas tributárias	18.3	(27.055)	(18.088)
Outras despesas operacionais	23	(30.259)	(19.558)
Despesas com provisões		(9.700)	(13.612)
Trabalhistas		(3.426)	(5.027)
Cíveis e fiscais		(2.432)	(3.938)
Garantias financeiras prestadas		(3.842)	(4.647)
Resultado operacional		390.095	264.767
Outras receitas e despesas		3.335	1.210
Resultado antes dos tributos e participações		393.430	265.977
Impostos sobre o lucro	18.1	(157.700)	(126.123)
Corrente		(156.011)	(101.433)
Diferido		(1.689)	(24.690)
Participações no lucro		(15.808)	(9.359)
RESULTADO LÍQUIDO		219.922	130.495

Resultado líquido por ação (lote de 1000 ações)

0,12

0,09

As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras.

	30/06/2022	30/06/2021
Lucro líquido do período	219.922	130.495
Ativos financeiros disponíveis para a venda	(1.497)	(2.047)
Variação do valor de mercado	(2.358)	(3.722)
Efeito tributário	861	1.675
Benefício pós-emprego	8.569	(403)
Variação do passivo atuarial	9.392	-
Efeito tributário	(823)	(403)
Total de outros resultados abrangentes	7.072	(2.450)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	226.994	128.045

As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras.

	Capital social		Reservas de capital		Reservas de lucro	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
	Capital Social	Aumento de Capital	Fundo Regimental	Outros	Fundo Regimental			
Saldos em 01/01/2021	1.518.579	-	1.719.644	709	-	(139.071)	-	3.099.861
Reclassificação contábil (nota 17)			(1.719.644)	(709)	1.720.353	-		-
Ajustes de títulos disponíveis para venda						2.047		2.047
Ajuste reavaliação benefícios pós emprego						403		403
Aumento de capital (nota 17)		89.850			(89.850)			-
Lucro líquido do semestre							130.495	130.495
Constituição de reservas					130.495		(130.495)	-
Saldos em 30/06/2021	1.518.579	89.850	-	-	1.760.998	(136.621)	-	3.232.806
Saldos em 01/01/2022	1.734.924	-	-	-	1.770.620	(107.230)	-	3.398.314
Ajustes de títulos disponíveis para venda						(1.497)		(1.497)
Ajuste reavaliação benefícios pós emprego						8.569		8.569
Aumento de capital (nota 17)		107.859			(107.859)			-
Lucro líquido do semestre							219.922	219.922
Constituição de reservas					219.922		(219.922)	-
Saldos em 30/06/2022	1.734.924	107.859	-	-	1.882.683	(100.158)	-	3.625.308

As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras.

	30/06/2022	30/06/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre ajustado	218.516	187.746
Lucro líquido do semestre	219.922	130.495
Ajuste por:		
Depreciação e amortização	4.463	3.449
Ajustes a valor de mercado – ativos e passivos	8.429	19.395
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(12.787)	(2.851)
Provisão para garantias financeiras prestadas	(4.498)	1.330
Provisão para contingências	(2.351)	7.303
Provisão atuarial, líquido de reversões	3.463	2.418
Provisão para perdas esperadas de outros ativos	186	1.517
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.689	24.690
Redução / (aumento) de ativos operacionais	(689.708)	624.325
Títulos e valores mobiliários	(31.200)	288.710
Operações de crédito	(673.858)	331.182
Outros instrumentos financeiros	(2.736)	(4.361)
Outros créditos	18.125	7.522
Créditos tributários	(39)	1.272
Aumento / (redução) de passivos operacionais	452.737	(706.969)
Obrigações por repasse e empréstimos	508.406	(575.538)
Outras obrigações	155.052	13.616
Provisões	(4.549)	(1.163)
Passivo atuarial e obrigações fiscais diferidas	(9.811)	2.739
Imposto de renda e contribuição social pagos	(200.976)	(148.871)
Resultado de exercícios futuros	(2.457)	(202)
Ajustes de avaliação patrimonial	7.072	2.450
Caixa gerado / (utilizado) nas atividades operacionais	(18.455)	105.102
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicação no intangível	(2.314)	(4.674)
Aquisição de imobilizado de uso	(1.281)	(690)
Alienação de imobilizado de uso	-	63
Caixa gerado / (utilizado) nas atividades de investimento	(3.595)	(5.301)
Aumento / (redução) no caixa e equivalente de caixa	(22.050)	99.801
Modificação na posição financeira		
Saldo de caixa e equivalente de caixa no início do semestre	767.527	583.436
Saldo de caixa e equivalente de caixa no fim do semestre	745.477	683.237
Aumento / (redução) no caixa e equivalente de caixa	(22.050)	99.801

As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras.

	30/06/2022	30/06/2021
Receitas	915.572	681.946
Intermediação financeira	861.037	632.208
Prestação de serviços	21.165	20.382
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	12.787	2.851
Provisão para garantias financeiras prestadas	4.498	(1.330)
Outras	16.085	27.835
Despesas	348.731	259.162
Despesas de intermediação financeira	335.844	253.704
Outras	12.887	5.458
Insumos adquiridos de terceiros	45.162	42.170
Materiais, energia e outros	40.811	38.764
Serviços de terceiros	4.351	3.406
Valor adicionado bruto	521.679	380.614
Depreciação e amortização	4.463	3.449
Valor adicionado total a distribuir	517.216	377.165
Distribuição do valor adicionado	517.216	377.165
Pessoal	81.002	75.328
Remuneração direta	63.547	55.298
Benefícios	12.466	15.757
FGTS	4.989	4.273
Impostos, taxas e contribuições	199.805	161.311
Federais	198.276	159.935
Estaduais	44	42
Municipais	1.485	1.334
Remuneração de capitais de terceiros	679	672
Alugueis	679	672
Remuneração de capitais próprios	235.730	139.854
Participação no resultado	15.808	9.359
Lucros retidos no exercício	219.922	130.495

As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul ("BRDE") é uma instituição financeira pública de capital fechado constituída sob a forma de convênio celebrado entre seus estados controladores: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Como instituição financeira propulsora do desenvolvimento regional, o BRDE tem como finalidade promover e liderar ações de fomento ao desenvolvimento econômico e social, através do planejamento e do apoio técnico e creditício de longo prazo, tendo como principais atividades:

- I. Empréstimos e financiamentos;
- II. Prestação de garantias;
- III. Investimentos;
- IV. Prestação de serviços;
- V. Convênios de qualquer natureza;
- VI. Outras modalidades compatíveis com a natureza da instituição e autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

Sujeita-se, por ter personalidade jurídica de direito privado, às regras aplicáveis às empresas privadas no que se refere às obrigações trabalhistas, tributárias, cíveis e comerciais definidas no ordenamento jurídico e como instituição financeira sujeita às regras definidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

O BRDE tem sua sede localizada na rua Uruguai, 155, Centro, Porto Alegre – RS, e possui 1 agência operacional em cada capital dos estados controladores: Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Aprovação e moeda funcional das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o Real (R\$) e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

Estas demonstrações financeiras, após apreciação do Comitê de Auditoria e da Diretoria, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 24 de agosto de 2022.

2.2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as regulamentações do BACEN e do CMN, e com base nas disposições da Lei das Sociedades por ações, desde que não sejam conflitantes com as regulamentações emanadas pelos órgãos reguladores.

A apresentação das demonstrações está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro – COSIF e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC (aqueles que foram recepcionados pelos órgãos reguladores).

O Balanço Patrimonial está apresentado por ordem de liquidez e de exigibilidade, para as contas do ativo e do passivo, respectivamente, conforme prerrogativa prevista no art. 23 da Resolução BACEN nº 2/2020, sendo a segregação dos valores em curto e longo prazo apresentada na nota 4.

3. PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Apuração do resultado

É apurado pelo regime contábil de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério de *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

3.2 Caixas e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos das disponibilidades (saldo das contas correntes no Brasil e no exterior) e títulos, entre todos que compõem a carteira de fundo de investimentos, cujo vencimento de curto prazo e que apresentem risco insignificante de mudança em seu valor justo.

3.3 Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN n.º 3.068/2001, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da Administração, em três categorias, a saber:

- Títulos para negociação - avaliados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para a venda - atualizados com base nas condições intrínsecas em contrapartida ao resultado do período, e ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido; e
- Títulos mantidos até o vencimento - atualizados com base nas condições intrínsecas, em contrapartida ao resultado do período.

3.4 Instrumentos financeiros derivativos

Conforme Circular BACEN n.º 3.082/2002 são classificados, na data da sua contratação, como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, de acordo com a intenção da administração. Entre os diversos tipos de instrumentos derivativos, o BRDE opera com a modalidade *swap*.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são registradas pelo seu valor justo, considerando as metodologias de marcação a mercado adotadas pelo BRDE. O método de reconhecimento dos ganhos e perdas resultantes das operações pode ser contabilizado no resultado ou no patrimônio líquido, dependendo da categoria da contabilidade de *hedge* ou *hedge accounting* adotada.

Os instrumentos designados para fins de *hedge accounting* podem ser classificados de acordo com sua natureza nas seguintes categorias:

- *Hedge* de risco de mercado: nessa categoria são classificados os instrumentos financeiros derivativos que se destinam a compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge*, sendo que os valores dos ganhos e perdas, realizados ou não, registrados em conta de resultado;
- *Hedge* de fluxo de caixa: nessa categoria são classificados os instrumentos financeiros derivativos que se destinam a compensar variações no fluxo de caixa estimado da instituição, sendo que os

valores dos ganhos e perdas, líquidos dos efeitos tributários, registrados em conta do patrimônio líquido.

As informações detalhadas das operações envolvidas, suas estratégias, os objetivos da gestão de risco, contemplando a sua efetividade, são documentadas desde o início das operações a fim de evidenciar seus principais elementos envolvidos, quais sejam:

- Objetivo do hedge;
- Classificação e estratégia do hedge;
- Procedimentos internos de escrituração;
- Identificação de objeto e instrumento de hedge;
- Testes e demonstração da efetividade.

3.5 Operações de crédito, outros créditos com características de operações de crédito

Estão demonstradas ao valor de realização acrescidos, quando aplicáveis, e em base "*pro rata*" dia, dos rendimentos auferidos no período, com base na variação do indexador e da taxa de juros contratada e deduzidas do valor de rendas a apropriar.

A atualização das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e a partir do 60º, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas após o 60º dia só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Quando contratadas, e de acordo com parâmetros definidos pelo BRDE, as operações de crédito são classificadas em nível de risco, que varia de "AA" (menor risco) a "H" (maior risco). Este risco pode mudar por reavaliações periódicas ou conforme o atraso, obedecendo rigorosamente o estabelecido na Resolução CMN n.º 2.682/1999.

As operações em atraso classificadas no pior nível ("H"), permanecem nesse nível por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação.

As operações renegociadas, que não tenham sido transferidas para compensação, são classificadas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam na data da renegociação, enquanto as que já estavam em compensação são classificadas em "H". Todavia, em ambos os casos, admite-se a classificação para níveis melhores sempre que houver uma amortização significativa ou ocorrência de fato relevante que justifique a melhora.

3.6 Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, efetuada com base nos percentuais mínimos estabelecidos nas normas do BACEN, e complementada por provisões adicionais em relação ao mínimo exigido pela regulamentação, é fundamentada na análise de cada operação e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos das carteiras.

3.7 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos

O BRDE revisa periodicamente se há alguma indicação de perda no valor recuperável dos ativos (*impairment*), e, quando identificadas, são reconhecidas no resultado do período.

3.8 Imobilizado

Demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação do imobilizado de uso é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas médias anuais que levam em consideração a vida útil dos bens:

	Taxas
Imóveis	4% a.a.
Instalações, Equipamentos e Sistemas de Comunicação e Segurança	10% a.a.
Sistemas de processamento de dados e Veículos	20% a.a.

3.9 Intangível

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da instituição ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos softwares, amortizados pelo método linear à taxa de 20% ao ano a partir da data da sua disponibilidade para uso. A entidade avalia, ao fim de cada período de reporte, se houve alguma indicação de que um ativo intangível tenha sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade estima o valor recuperável do ativo.

3.10 Obrigações por repasses

São demonstradas pelos valores das exigibilidades considerando os encargos e variações monetárias ou cambiais até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro rata* dia

3.11 Impostos e contribuições

A relação dos impostos e contribuições sobre o lucro e sobre o resultado ao qual o BRDE está sujeito a calcular e recolher estão discriminados na nota explicativa 18 bem como as respectivas alíquotas vigentes na data de encerramento do período.

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda e contribuição social, apurados nas alíquotas a serem praticadas a partir de 2022, são constituídos sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal. De acordo com o disposto na Resolução CMN n.º 4.842/20, a expectativa de realização dos referidos créditos e obrigações da instituição, demonstrado na nota 18.2, está baseada em projeção de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico aprovado pela Administração.

3.12 Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN n.º 3.823/09 e Carta Circular BACEN n.º 3.429/10.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando como praticamente certa a realização do ativo.

Passivos contingentes: decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes

com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das mesmas possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam sua mensuração de forma adequada, baseados em suporte documental ou contábil, ou histórico de fatos assemelhados, apesar da incerteza inerente ao prazo ou valor. As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões; as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias: decorrem de discussão judicial sobre a constitucionalidade das leis que as instituíram e, independentemente de avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras.

3.13 Passivo atuarial

O Banco é patrocinador da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE, cuja principal finalidade é a de manter planos de aposentadorias e pensões (nota 25). O regime atuarial de apuração do custo e contribuições dos planos é o de capitalização, avaliado semestralmente por atuário independente.

Os ganhos ou perdas atuariais reconhecidas de um determinado período correspondem a aumentos ou reduções no valor presente da obrigação de benefício definido em razão de mudanças em premissas atuariais e dos ajustes pela experiência.

Os benefícios pós-emprego são reconhecidos na demonstração do resultado da seguinte forma:

- Custo do serviço corrente: aumento do compromisso do plano (obrigações atuariais) resultante do serviço prestado pelo empregado no período, ou seja, em função da "aquisição" do direito pelo tempo da prestação do serviço por mais um período.
- Custo de juros sobre a obrigação atuarial: definido como o aumento, durante o período, no valor presente das obrigações como resultado do transcurso do tempo.
- Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido: compreendem ganhos e perdas atuariais, retorno sobre os ativos do plano excluindo valores considerados nos juros líquidos do benefício definido e qualquer mudança no efeito do teto de ativo excluindo os valores considerados nos juros líquidos de benefício definido.

3.14 Demais ativos e passivos

Demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo, quando for aplicável: (i) os rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia e (ii) os efeitos dos ajustes para reduzir o custo de ativos ou seu valor de mercado ou de realização.

4. SEGREGAÇÃO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Em atendimento ao parágrafo único do art. 23 da Resolução BACEN nº 02/2020, apresentamos, para os itens patrimoniais, a segregação circulante e não circulante.

Item patrimonial - ATIVO	30/06/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Disponibilidades	1.440	-	7.004	-
Títulos e valores mobiliários	2.851.866	32.865	2.840.066	29.951
Operações de crédito	2.567.166	11.983.609	2.579.081	11.330.378
Outros instrumentos financeiros	44.376	164.490	30.191	175.938
(-) Provisão perdas esperadas assoc. risco de crédito	(69.496)	(231.229)	(75.410)	(270.643)
Rendas a receber	15.191	-	11.995	-
Devedores por depósitos em garantia	-	62.222	-	89.604
Outros créditos	14.354	-	14.679	-
Ativos não financeiros mantidos para venda	-	40.511	-	34.125
(-) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros mantidos para venda	-	(684)	-	(498)
Créditos tributários	-	268.948	-	283.447
Investimentos	-	602	-	602
Imobilizado	-	40.623	-	40.776
Intangível	-	16.465	-	17.180

Item patrimonial - PASSIVO	30/06/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Depósitos a prazo	32.724	-	-	30.976
Repasses do país	2.446.709	9.669.862	2.695.988	8.912.213
Empréstimos e repasses do exterior	123.209	813.495	87.275	849.565
Instrumentos financeiros derivativos	-	7.877	-	2.517
Fundos financeiros e de desenvolvimento	489.940	-	491.704	-
Impostos e contribuições sobre o lucro	127.982	-	172.948	-
Outros impostos e contribuições	11.544	-	14.810	-
Outras obrigações	24.640	20.955	18.283	21.746
Provisão para contingências	-	89.543	-	98.388
Provisão para garantias financeiras prestadas	-	9.076	-	13.574
Provisão para pagamentos a efetuar	24.484	6.408	21.635	7.313
Passivo atuarial	-	230.952	-	237.300
Obrigações fiscais diferidas	-	48.611	-	61.460

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2022	31/12/2021
Disponibilidades	1.440	7.004
Cotas de fundos de investimentos (nota 6)	744.037	760.522
Total	745.477	767.526

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	30/06/2022	31/12/2021
Carteira própria – nota 6.1	1.829.130	1.890.560
Cotas de fundos de investimentos (nota 5)	744.037	760.522
Cotas de fundos de investimento – recursos do FSA	311.564	218.935
Total	2.884.731	2.870.017

6.1 Carteira própria

Apresenta a seguinte composição, sendo que as cotas de fundos de investimentos são classificadas como disponível para venda e não possuem vencimento enquanto as ações de companhias abertas são classificadas como para negociação.

	30/06/2022	31/12/2021
Cotas de fundos de investimento – fundo exclusivo BB (a)	1.421.043	1.587.345
Cotas de fundos de investimento – fundo CEF	383.321	283.711
Cotas de fundos de investimento – outros fundos	2.915	79
Cotas de fundos em participações (b)	19.129	14.345
Ações de companhias abertas (c)	2.722	5.080
Total	1.829.130	1.890.560

a) Fundo exclusivo de títulos com perfil de renda fixa, administrado pela BB Administração de Ativos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com base em parâmetros estabelecidos pelo BRDE, onde a meta é obter uma rentabilidade superior a 101% da taxa DI para 86% da carteira e superior a IPCA + 5% para os 14% restantes. Deste montante, R\$ 11.014 (31/12/2021 – R\$ 10.526) está caucionado a processos judiciais. Avaliados a valor de mercado, a composição do fundo é a seguinte:

	30/06/2022	31/12/2021
Letras financeiras do tesouro nacional	806.749	866.138
Notas do tesouro nacional-B	398.331	349.827
Letras tesouro nacional	150.728	106.896
Letras financeiras bancos	65.235	264.484
Total do fundo de investimento	1.421.043	1.587.345

b) Representam cotas de fundos em participações ou garantidores, que são administrados por instituições privadas, sendo suas cotas atualizadas pelos valores divulgados pelos respectivos administradores na data do balanço, apresentando em 30 de junho a seguinte situação:

	Capital (Cotas)		Saldo Contábil
	Subscrito	Integralizado	Atualizado
Fundo Garantidor de Investimentos – FGI	1.900	1.900	2.763
Fundo Criatec III	12.000	9.305	10.509
FIP Anjo Capital Semente	15.000	5.394	5.219
TM3 Capital VC4 FIP Multiestratégia	10.000	330	638
Total	38.900	16.929	19.129

c) Os efeitos decorrentes da avaliação da carteira de ações, adquirida ao custo de R\$ 6.068, foram levados à conta específica do patrimônio líquido, deduzidos os efeitos tributários.

O BRDE não possui títulos e valores mobiliários classificados na categoria de mantidos até o vencimento, bem como não foram realizadas reclassificações ou alterações de classificações entre categorias, por parte da Administração

6.2 Instrumentos derivativos

O BRDE participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos na modalidade *swap*, registrados em contas patrimoniais e de compensação, tendo por objetivo mitigar os riscos decorrentes das variações cambiais da operação de captação externa (objeto de *hedge*) efetuada pelo BRDE junto às instituições financeiras internacionais.

O vencimento do instrumento derivativo usado nessa modalidade possui mesmo vencimento da operação captada, sendo ambos ajustados ao valor de mercado que é apurado por metodologia interna devidamente documentada e aprovada pela administração.

Para isso o BRDE estabeleceu a contabilidade de *hedge* ou *hedge accounting*, na categoria de risco de mercado e, conforme determina a Circular BACEN n.º 3.082/02, as variações e ajustes decorrentes da valorização destes instrumentos e objetos de *hedge* são registrados em conta de resultado.

A tabela a seguir apresenta os valores lançados em contas patrimoniais e de compensação:

	30/06/2022		
	Valor referencial (conta compensação)	Valor a (pagar)/receber (conta patrimonial)	Efeito líquido (conta de resultado)
Swap - ativo			
(EUR+Euribor+tx) x (R\$+CDI+tx)	44.632	(7.877)	8.601

A tabela abaixo apresenta o valor da curva e de mercado do objeto e instrumento de hedge:

	30/06/2022			31/12/2021
	Valor referencial	Valor da curva	Valor de mercado	Valor de mercado
Objeto	44.632	36.746	28.736	39.565
Instrumento	44.632	134	7.877	2.517

O BRDE realiza testes de efetividade no início da operação, teste prospectivo inicial da estrutura de hedge, avalia periodicamente a efetividade por ocasião dos encerramentos contábeis na periodicidade mensal e em virtude da elaboração das demonstrações financeiras. A metodologia adotada para os testes de efetividade se baseia no quociente entre o ajuste a valor de mercado do instrumento de hedge e o ajuste a valor de mercado do objeto de hedge, o que permite ao BRDE avaliar a variação de mercado líquida das apropriações (*accruals*) da curva. Assim, em atendimento ao exigido pelo Banco Central do Brasil, no que tange aos resultados e métodos adotados.

A posição das captações externas protegidas por derivativos:

Instituição	Valor Captado ⁽¹⁾	Data inicial	Data final	Indexador
BEI	€\$ 6.707	25/02/2021	10/09/2025	EUR + 0,65% a.a.

(1) valores expressos em milhares na moeda captada

A partir do final do 2º semestre de 2020, o BRDE operacionalizou estrutura de hedge para tranches que foram liberadas dentro do contrato firmado com o *Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF)*. Contudo, considerando a forma de internalização dos recursos, a estratégia do BRDE com os mesmos e a mitigação de riscos envolvida, alterou-se a forma de tratamento dos recursos oriundos desta operação, desconstituindo-se tal estrutura no segundo semestre de 2021, passando a dívida assumida pelo BRDE a ser considerada por custo amortizado.

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

7.1 Composição por tipo de operação e nível de risco

Nível de risco	Empréstimos	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total	
				30/06/2022	31/12/2021
AA	157.680	2.018.496	3.793.800	5.969.976	5.900.558
A	430.537	2.992.326	2.978.792	6.401.655	5.898.863
B	135.539	1.020.867	209.703	1.366.109	1.237.278
C	27.406	295.107	69.057	391.570	438.454
D	1.978	154.075	16.571	172.624	154.806
E	2.065	35.441	6.080	43.586	15.827
F	8.524	9.058	4.083	21.665	9.841
G	2.288	22.726	3.026	28.040	36.061
H	40.752	101.243	13.555	155.550	217.771
Total – 2022	806.769	6.649.339	7.094.667	14.550.775	-
Total - 2021	761.449	6.091.140	7.056.870	-	13.909.459

7.2 Composição por faixa de vencimento das operações

Operações em curso normal											
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/06/2022	31/12/2021
Parcelas Vincendas	5.960.062	6.387.583	1.335.607	353.502	114.079	25.697	5.972	18.244	134.159	14.334.905	13.734.678
Até 3 meses	452.034	330.942	64.807	18.184	6.565	1.634	599	995	16.378	892.138	623.834
De 3 a 12 meses	749.679	781.720	152.593	53.450	12.065	3.322	1.064	2.562	10.524	1.766.979	1.902.747
De 1 a 3 anos	1.752.391	1.956.840	377.855	120.610	28.964	8.259	2.143	4.722	24.766	4.276.550	4.118.191
De 3 a 5 anos	1.285.030	1.291.759	267.546	76.388	22.510	6.972	1.352	3.181	18.555	2.973.293	2.921.122
Acima de 5 anos	1.720.928	2.026.322	472.806	84.870	43.975	5.510	814	6.784	63.936	4.425.945	4.168.784
Operações em curso anormal – com atraso superior a 14 dias											
Parcelas Vencidas	977	1.549	3.065	3.832	2.947	2.778	1.892	2.148	5.476	24.664	22.038
Parcelas Vincendas	8.937	12.523	27.437	34.236	55.598	15.111	13.801	7.648	15.915	191.206	152.743
Até 3 meses	145	306	1.288	1.334	1.389	758	924	771	711	7.626	6.885
De 3 a 12 meses	1.612	2.180	5.051	5.469	4.566	2.525	3.030	2.541	1.778	28.752	23.576
De 1 a 3 anos	3.459	4.938	9.866	11.146	12.153	6.218	6.594	3.982	3.139	61.495	51.848
De 3 a 5 anos	2.335	3.345	5.912	7.025	10.249	3.677	2.609	354	2.199	37.705	30.985
Acima de 5 anos	1.386	1.754	5.320	9.262	27.241	1.933	644	0	8.088	55.628	39.449
Total da carteira – 2022	5.969.976	6.401.655	1.366.109	391.570	172.624	43.586	21.665	28.040	155.550	14.550.775	
Carteira normal – 2021	5.893.595	5.892.161	1.216.585	369.801	147.675	9.069	6.013	32.340	167.439	-	13.734.678
Carteira anormal -2021	6.963	6.702	20.693	68.653	7.131	67.858	3.828	3.721	50.332	-	174.781
Total da carteira – 2021	5.900.558	5.898.863	1.237.278	438.454	154.806	76.927	9.841	36.061	217.771	-	13.909.459

7.3 Distribuição por setor de atividade

	30/06/2022	%	31/12/2021	%
Setor Público	604.268	4,15%	569.987	4,10%
Setor Privado	13.946.507	95,85%	13.339.472	95,90%
Agropecuária	3.661.050	25,16%	3.677.988	26,44%
Indústria	3.382.337	23,25%	3.138.492	22,56%
Infraestrutura	2.955.887	20,31%	2.870.957	20,64%
Comércio	2.502.476	17,20%	2.348.696	16,89%
Turismo	348.921	2,40%	333.718	2,40%
Saúde	187.292	1,29%	171.263	1,23%
Intermediação financeira	189.229	1,30%	201.333	1,45%
Alimentação	114.045	0,78%	90.868	0,65%
Educação	99.917	0,69%	93.047	0,67%
Esportes, recreação e lazer	95.095	0,65%	39.613	0,28%
Serviços	410.258	2,82%	373.497	2,69%
Total da carteira	14.550.775		13.909.459	

7.4 Concentração por cliente

	30/06/2022	%	31/12/2021	%
Maior cliente	221.245	1,52%	222.848	1,60%
10 seguintes maiores clientes	1.508.118	10,36%	1.488.578	10,70%
20 seguintes maiores clientes	1.634.300	11,23%	1.479.848	10,64%
50 seguintes maiores clientes	1.973.964	13,57%	1.827.092	13,14%
100 seguintes maiores clientes	2.010.887	13,82%	1.913.090	13,75%
Demais clientes	7.202.261	49,50%	6.978.003	50,17%
Total da carteira	14.550.775		13.909.459	

7.5 Receita com operações de crédito e repasses interfinanceiros

	30/06/2022	30/06/2021
Empréstimos	53.277	15.956
Financiamentos	333.489	229.410
Financiamentos rurais	231.991	231.196
Financiamento agroindustriais	23.588	11.122
Recuperação créditos baixados em prejuízo	62.378	91.712
Repasses interfinanceiros	10.620	-
Outras	269	243
Total da carteira	715.612	579.639

8. OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	30/06/2022	31/12/2021
Repasses interfinanceiros	135.929	132.221
Avais e finanças horados	7.325	5.791
Devedores por compra de bens e valores	65.612	68.117
Total da carteira	208.866	206.129

9. PROVISÕES POR PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO
9.1 Composição da provisão

Nível de Risco	Provisão para perdas esperadas sobre:				Provisão total	
	Operações Crédito		Repasse	Outros	30/06/2022	31/12/2021
	Regulamentar	Adicional	Interfinanceiros	Créditos ¹		
A	32.008	-	638	85	32.731	30.146
B	13.661	-	-	-	13.661	12.373
C	11.747	-	-	-	11.747	13.154
D	17.263	8.631	-	-	25.894	23.321
E	13.076	4.359	-	2.930	20.365	8.648
F	10.833	3.250	-	57	14.140	6.396
G	19.627	7.010	-	-	26.637	34.334
H	155.550	-	-	-	155.550	217.771
Total - 2022	273.765	23.250	638	3.072	300.725	-
Total - 2021	323.183	19.814	613	2.443	-	346.053

(1) Créditos com características de concessão de crédito: avais e fianças honrados e devedores por compra de bens e valores

A provisão adicional corresponde ao valor excedente ao mínimo requerido pela Resolução CMN nº. 2.682/99 é constituída dentro de critérios prudenciais estabelecidos pela Administração, em conformidade com a boa prática bancária, no sentido de permitir a absorção de perdas oriundas de circunstanciais aumentos de inadimplência por eventual reversão/mudança do ciclo econômico de setores em que o BRDE opera.

9.2 Movimentação da provisão por perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	30/06/2022	31/12/2021
Saldo inicial do semestre/exercício	346.053	358.077
Constituição de provisão por alteração do nível de risco	48.141	23.714
Constituição de provisão por recuperação de crédito	18.580	98.108
Reversão de provisão por alteração do nível de risco	(79.508)	(88.183)
Transferência para compensação	(32.541)	(45.663)
Saldo final do semestre/exercício	300.725	346.053

9.3 Renegociação e recuperação de créditos

	30/06/2022	30/06/2021
Montante renegociado no período	80.562	102.013
Montante recuperado:	62.378	91.712
- Por renegociação	18.580	19.002
- Por recebimento	43.798	72.710

10. OUTROS CRÉDITOS

	30/06/2022	31/12/2021
Adiantamentos e antecipações salariais	4.030	1.965
Pagamentos a ressarcir	7.611	496
Pendências a regularizar	435	278
Créditos específicos	1.868	11.522
Outros	410	418
Total	14.354	14.679

O saldo de créditos específicos refere-se à remuneração das operações do programa PESA devida pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

11. IMOBILIZADO e INTANGÍVEL

	Imobilizado					Intangível
	Imóveis	Móveis e Equipamentos	Veículos	Outros	Total	Softwares
Saldo em 31/12 2021	33.519	6.195	929	133	40.776	17.180
Aquisições	37	971	285	-	1.293	2.391
Baixas	(12)	(114)	-	-	(126)	(77)
Depreciação/Amortização	(356)	(713)	(231)	(20)	(1.320)	(3.029)
Saldo em 30/06/2022	33.188	6.339	983	113	40.623	16.465
Custo aquisição acumulado	44.212	23.275	1.763	2.354	71.604	49.059
Depreciação/Amort. acumulada	(11.024)	(16.936)	(780)	(2.241)	(30.981)	(32.594)

12. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

12.1 Obrigações por empréstimos e repasses

Os empréstimos do exterior representam recursos que o BRDE buscou com instituições internacionais com a prioridade de serem utilizados em financiamentos, porém sem a vinculação de mesmo prazo.

As obrigações de repasses do país correspondem a recursos originários de programas oficiais e os repasses do exterior a recursos originários de instituições internacionais, os quais são repassados a mutuários finais. As obrigações por repasses têm vencimentos até o ano 2046, estando sujeitas, na sua maior parte, a encargos financeiros prefixados, sendo repassados aos clientes nos mesmos prazos e taxas, acrescidos de "del credere".

30/06/2022
31/12/2021

	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total
Repasses do país	2.446.709	6.173.305	3.496.557	12.116.571	11.608.201
BNDES	1.808.154	4.699.397	2.768.401	9.275.952	9.079.485
FINAME	343.103	720.350	315.394	1.378.847	1.190.892
FINEP	76.485	224.219	31.731	332.435	339.025
BB	39.405	122.170	75.344	236.919	213.910
CEF	35.460	133.106	230.373	398.939	396.623
FUNGETUR	132.231	267.841	75.304	475.376	382.851
Outros	11.871	6.222	10	18.103	5.415
Empréstimos e repasses do exterior	120.457	471.240	345.007	936.704	936.840
AFD	28.498	170.997	246.305	445.800	491.184
CAF	84.274	249.336	46.379	379.989	356.701
BEI	7.685	50.907	52.323	110.915	88.955
Total – 30/06/2022	2.567.166	6.644.545	3.841.564	13.053.275	-
Total – 31/12/2021	2.783.264	6.132.768	3.629.009	-	12.545.041

Sobre as operações com o mercado exterior:

AFD – operações de repasse onde os efeitos da variação cambial são repassados ao cliente final;

CAF – as tranches desse contrato são liberadas conforme a necessidade do BRDE, sendo que as mesmas são repassadas em moeda corrente nacional;

BEI – o BRDE possui uma operação de empréstimo, para a qual contratou swap (nota 6.2). As demais operações são de repasse onde os efeitos da variação cambial são repassados ao cliente final.

12.2 Despesa com empréstimos e repasses

	30/06/2022	30/06/2021
Despesa com repasses do BNDES	281.510	229.254
Despesa com repasses da FINAME	42.566	23.744
Despesa com repasses da FINEP	7.324	4.019
Despesa com repasses do BB	7.417	3.514
Despesa com repasses da CEF	15.193	10.755
Despesa com repasses de outras instituições do país	24.116	10.200
Despesa com empréstimos e repasses do exterior	(52.631)	(40.105)
Total	325.495	241.381

O saldo da despesa com repasses e com empréstimos do exterior tornou-se credor decorrente da variação cambial positiva ocorrida no 1º semestre de 2021 e 2022

13. FUNDOS FINANCEIROS E DE DESENVOLVIMENTO

	30/06/2022	31/12/2021
Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) ⁽¹⁾	311.566	218.935
Ministério do Turismo – FUNGETUR ⁽²⁾	177.950	272.769
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – FUNCAFÉ ⁽²⁾	424	-
Total	489.940	491.704

(1) São recursos destinados a toda cadeia produtiva da atividade audiovisual do Brasil.

(2) Corresponde a recursos disponibilizados pelos Ministérios competentes, destinados a operações de financiamento relacionados com a atividade fim

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	31/06/2022	31/12/2021
Participação nos lucros e resultados	15.808	11.317
Honras de fundos garantidores	18.304	18.283
Fornecedores de bens e serviços	2.804	2.938
Valores de mutuários a regularizar ⁽¹⁾	4.644	5.894
Pendências a regularizar	632	89
Outras	3.403	1.508
Total	45.595	40.029

(1) os valores aqui classificados referem-se, principalmente, a valores recebidos em adiantamento de renegociações de crédito, pendentes de formalização, e de substituição de garantias contratadas.

15. PROVISÃO PARA GARANTIAS FINANCEIRAS PRESTADAS

A provisão para as operações de garantias financeiras prestadas pelo BRDE é calculada de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, onde o percentual da provisão é definido pelo nível de risco atribuído à operação, resultado de aplicação de metodologias desenvolvidas pela instituição que consideram as características dos clientes, das operações e as garantias oferecidas.

Em 30/06/2022 o montante garantido é R\$ 105.708 (31/12/2021 – R\$ 95.598) e o total de provisão atinge R\$ 9.076 (31/12/2021 – R\$ 13.574). Todas as operações de garantias financeiras prestadas possuem garantia real.

16. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

O montante dos riscos para os quais o BRDE constitui provisão está assim composto:

	31/12/2021	Constituição	Atualização	Baixa por:		30/06/2022
				Reversão	Pagamento	
Previdenciárias	6.945	-	-	(6.945)	-	-
Trabalhistas	32.932	2.157	1.269	(1.111)	(2.686)	32.561
Cíveis	58.511	290	2.142	(153)	(3.808)	56.982
Total	98.388	2.447	3.411	(8.209)	(6.494)	89.543

De acordo com a nota 3.12 o montante de provisão trabalhista refere-se ao valor integral das ações classificadas como perda provável. Adicionalmente, existem ações consideradas como de perda possível pelos assessores jurídicos do Banco no montante de R\$ 105.161 (31/12/2021 - R\$ 101.589), que correspondem em grande parte a lides coletivas de equiparação entre os Planos de Cargos e Salários do BRDE.

As provisões cíveis são referentes aos seguintes fatos:

- a. R\$ 50.500 (31/12/2021 – R\$ 52.565) referem-se a honorários de sucumbência;
- b. R\$ 4.565 (31/12/2021 – R\$ 4.408) referem-se a processo movido por mutuário pleiteando indenização; e
- c. R\$ 1.917 (31/12/2021 – R\$ 1.538) referem-se a embargos interpostos por mutuário contra execução de inadimplência.

Do total da provisão dos processos cíveis, está depositado judicialmente o montante de R\$ 55.748 (31/12/2021 – R\$ 57.370).

Adicionalmente há outras ações cíveis classificadas como perda possível que montam R\$ 2.093 (31/12/2021 – R\$ 2.382).

Durante o exercício de 2017, o BRDE foi autuado pela RFB por excluir da base de cálculo do IRPJ e CSLL as variações monetárias ativas decorrentes de depósitos judiciais de natureza cível. O processo encontra-se em fase administrativa e de acordo com nossos consultores jurídicos, a probabilidade de perda é possível e seu valor é de R\$ 26.336 (31/12/2021 – R\$ 25.511).

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado, é composto de 1.734.924.000 ações ordinárias com valor nominal de R\$ 1,00 cada ação e está dividido em parcelas iguais entre os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Estas parcelas são integralizadas mediante incorporação de eventuais contribuições financeiras e dos resultados gerados em cada estado participante, que são apurados e controlados separadamente.

b. Aumento de capital

Após homologação do Banco Central, ocorrida em 12/07/2021, o BRDE efetuou aumento de capital, no montante de R\$ 89.850, oriunda da capitalização dos resultados do 2º semestre de 2020 e de integralização e reservas.

Em 25/03/2022, o Conselho de Administração aprovou aumento de capital no valor de R\$ 107.859 oriundos da capitalização dos resultados do 2º semestre de 2021 e incorporação de reservas. Tal aprovação foi submetida ao Banco Central, cuja homologação ocorreu em julho/2022, após o encerramento desta data-base.

c. Reserva de lucro

No primeiro semestre de 2021, o patrimônio líquido do BRDE foi objeto de reclassificação contábil interna dos valores oriundos do fundo de reserva regimental que passaram a fazer parte do grupo de reservas de lucro, tendo sido zerado o saldo do grupo de reserva de capital.

18. IMPOSTOS

Os tributos são calculados pelas alíquotas a seguir informadas considerando, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente para cada encargo.

Tributo	Alíquota
Imposto de renda	15,00%
Adicional de imposto de renda	10,00%
Contribuição social sobre o lucro líquido – de 03/2020 a 06/2021 e desde 01/2022 ⁽¹⁾	20,00%
Contribuição social sobre o lucro líquido – de 07/2021 a 12/2021 ⁽²⁾	25,00%
PIS	0,65%
COFINS	4,00%
ISS	até 5,00%

(1) a majoração é decorrente de promulgação da Emenda Constitucional n.º 103, de 12/11/2019

(2) majoração aprovada pela Lei 14.183/2021

18.1 Despesas com impostos e contribuições

Demonstração do cálculo de IRPJ e CSLL no período:

	30/06/2022		30/06/2021	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Resultado do semestre, antes da tributação	393.430	393.430	265.977	265.977
Adições e exclusões				
Provisão para passivos contingentes	(8.844)	(8.844)	3.218	3.218
Provisão para garantias financeiras prestadas	(4.498)	(4.498)	1.330	1.330
Provisão para operações de crédito	(46.596)	(46.596)	(34.353)	(34.353)
Provisão para repasses interfinanceiros	638	638	-	-
Créditos baixados como prejuízo	(23.665)	(23.665)	(22.882)	(22.882)
Provisão para outros créditos	629	629	(71)	(71)
Provisão para assistência médica	3.463	3.463	5.158	5.158
Ajuste a mercado – swap	2.942	2.942	13.016	13.016
Atualização de depósitos judiciais	14.935	14.935	206	206
Renegociações tributadas por caixa	6.901	6.901	(4.652)	(4.652)
Recuperações judiciais – deferimento	6.717	6.717	101	101
Outros, líquidos	939	552	(68)	(372)
Base de cálculo	346.991	346.604	226.980	226.676
Imposto calculado	(52.049)	(69.321)	(34.047)	(45.335)
Adicional de imposto	(34.687)	-	(22.686)	-
Incentivos fiscais	66	-	635	-
Incentivo fiscal 2021 devolvido	(20)	-	-	-
Total provisão do imposto	(86.690)	(69.321)	(56.098)	(45.335)
Crédito tributário (líquido de reversões)	(1.149)	(540)	(15.760)	(8.930)
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(87.839)	(69.861)	(71.858)	(54.265)

18.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos
a) Movimentação dos créditos e débitos tributários diferidos

CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	31/12/2021	Constituição	Reversão	30/06/2022
Reflexo no resultado	252.985	37.903	(52.440)	238.448
Créditos baixados para prejuízo - temporariamente indedutíveis	40.621	10.847	(7.077)	44.391
Provisão para perdas com operações de crédito	140.410	10.337	(31.841)	118.906
Provisão para garantias financeiras prestadas	6.108	1.807	(3.831)	4.084
Provisão para contingências	44.274	1.529	(5.508)	40.295
Provisão para perdas com outros créditos	1.097	2.281	(1.997)	1.381
Provisão para perdas com operações de repasse	-	295	(8)	287
Provisão para desvalorização de outros bens e valores	224	84	-	308
Provisão para assistência média e PB II inativos - corrente	19.833	3.593	(2.178)	21.248
Provisão para participação nos lucros e resultados	-	7.114	-	7.114
Licença prêmio em aquisição	112	16	-	128
Insuficiência de depreciação	306	-	-	306
Reflexo no patrimônio líquido	30.462	1.382	(1.344)	30.500
Provisão para assistência média e PB II inativos - abrangente	29.039	401	(1.344)	28.096
Ajuste ao valor de mercado de TVM	444	861	-	1.305
Passivo atuarial PB II - abrangente	979	120	-	1.099
Total geral – créditos tributários	283.447	39.285	(53.784)	268.948
DÉBITOS TRIBUTÁRIOS	31/12/2021	Constituição	Reversão	30/06/2022
Renegociações REFIS/RECOOP	1.853	-	(1.853)	-
Atualização depósitos judiciais	25.214	720	(7.441)	18.493
Renegociações tributadas por caixa	30.052	1.725	(2.977)	28.800
Recuperação judicial – deferimento	4.341	1.538	(4.561)	1.318
Total geral – débitos tributários	61.460	3.983	(16.832)	48.611

b) Créditos tributários diferidos não reconhecidos

Os créditos e as obrigações foram classificados conforme previsão de realização, sendo que aqueles créditos tributários cuja expectativa de realização está prevista para um período superior a 10 anos, não reconhecidos no balanço de 30 de junho, totalizam R\$ 69.243 (31/12/2021 – R\$ 86.527).

c) Expectativa de realização dos créditos e débitos tributários

Ano de realização	Créditos tributários			Débitos tributários		
	Valor atual	Valor presente	%	Valor atual	Valor presente	%
2022	36.291	35.330	13,5%	1.798	1.750	3,7%
2023	79.553	73.623	29,6%	23.953	22.100	49,3%
2024	51.590	45.109	19,2%	3.519	3.077	7,2%
2025	24.747	20.507	9,2%	2.718	2.252	5,6%
2026	23.732	18.638	8,8%	2.842	2.232	5,8%
2027 a 2031	53.035	36.208	19,7%	8.946	6.156	18,4%
após 2030	-	-	-	4.835	2.751	10,0%
Total	268.948	229.415	100%	48.611	40.318	100%

18.3 Despesas tributárias

Tributo	30/06/2022	30/06/2021
PIS	3.448	2.271
COFINS	21.216	13.976
ISS	974	1.019
Outros	1.417	822
Total	27.055	18.088

19. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	30/06/2022	30/06/2021
Tarifa de análise	4.989	5.960
Tarifa de fiscalização e acompanhamento	5.798	3.787
Tarifa de cadastro	1.079	1.086
Tarifa de alteração ou estruturação garantias	186	151
Tarifa de elaboração de parecer, laudo ou estudo técnico	595	173
Tarifa sobre liquidação antecipada	365	2.453
Tarifa de prestação de garantias financeiras	2.891	3.058
Remuneração administração do FSA	4.560	2.322
Outras tarifas	702	1.392
Total	21.165	20.382

20. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	30/06/2022	30/06/2021
Reversão da provisão sobre garantias prestadas	8.340	3.317
Reversão da provisão de processos trabalhistas	1.111	1.122
Reversão da provisão de outros processos	7.098	540
Reversão de provisão de encargos sociais sobre férias	-	3.808
Atualização de depósitos judiciais	2.269	982
Venda parcial da carteira baixada em prejuízo ⁽¹⁾	-	17.311
Outras	2.085	1.195
Total	20.903	28.275

(1) No primeiro semestre de 2021, o Banco efetuou cessão de créditos vencidos e integralmente baixados para prejuízo, sem coobrigação, oriundos de suas operações de créditos para compradores não caracterizados como partes relacionadas, na soma de R\$ 17.311.

21. DESPESAS COM PESSOAL

	30/06/2022	30/06/2021
Remuneração	59.233	51.610
Encargos sociais	27.595	29.166
Benefícios	4.727	7.824
Honorários	3.148	2.793
Outras despesas	1.348	1.035
Total	96.051	92.428

22. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	30/06/2022	30/06/2021
Aluguel, condomínio, água e luz	1.911	1.724
Comunicações	681	685
Manutenção e conservação de bens	2.176	2.855
Processamento de dados	5.236	3.802
Promoções e relações públicas	909	456
Publicidade e propaganda	634	913
Serviços do sistema financeiro	665	529
Serviços de terceiros	1.050	1.147
Serviços técnicos especializados	2.177	1.319
Vigilância e segurança	519	477
Transportes	637	427
Viagem	1.058	63
Emolumentos judiciais e cartorários	827	458
Depreciação e amortização	4.463	3.449
Despesas estatutárias	2.351	2.405
Outras despesas administrativas	1.594	850
Total	26.888	21.559

23. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	30/06/2022	30/06/2021
Obrigações com fundos financeiros e de desenvolvimento	11.388	5.438
Finança honrada para cliente em prejuízo	2.727	2.860
Juros e serviços sobre obrigações atuariais	12.581	9.532
Outras despesas	3.563	1.728
Total	30.259	19.558

24. RESULTADO NÃO RECORRENTE

De acordo com os parâmetros estabelecidos no parágrafo 4º do artigo 34 da Resolução BCB n.º 02/2020, o BRDE estabeleceu critérios daquilo que considera não recorrente e apresenta o seu resultado na tabela a seguir:

	30/06/2022	30/06/2021
Resultado de atividades recorrentes	219.922	108.991
Majoração da alíquota da CSLL para instituições financeiras	-	4.193
Venda de carteira baixada em prejuízo (nota 18)	-	17.311
Resultado de atividades não recorrentes	-	21.504
Resultado líquido	219.922	130.495

25. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

O Banco oferece planos de benefícios de previdência e programa de assistência à saúde que são classificados como planos de benefícios pós-emprego, conforme Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Deliberação CVM nº 695/2012.

A contabilização dos passivos/ativos pós-emprego e respectivas despesas/receitas relativas aos planos de benefícios pós-emprego é realizada de acordo com o citado Pronunciamento Técnico e com laudo preparado por atuários independentes na data base de 30 de junho de 2022.

25.1 Característica dos planos de benefícios
25.1.1 – Planos de benefícios de previdência

O BRDE é patrocinador da Fundação BRDE de Previdência Complementar – ISBRE, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, criada com o objetivo de oferecer aos empregados de seus patrocinadores, o BRDE e a própria Fundação, benefícios suplementares àqueles da Previdência Oficial, em especial suplementação de aposentadoria e pensão. O Banco tem participação na governança do ISBRE por meio de indicação de membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal da Fundação.

O ISBRE opera dentro da estrutura regulatória do sistema de previdência complementar fechada, tendo por órgão regulador o Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e fiscalizador a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, considerando as normas emitidas por esses órgãos, bem como o disposto na Lei Complementar nº 108/2001 e na Lei Complementar nº 109/2001 e as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN para aplicação dos recursos garantidores dos planos. O ISBRE realiza a gestão de dois planos de benefícios de previdência, ambos patrocinados pelo BRDE:

➤ Plano de Benefícios I (PB I): estruturado na modalidade de Benefício Definido, em que o nível dos benefícios concedidos pelo Plano é determinado previamente e em função do salário do participante na fase de atividade, encontra-se fechado para novas adesões. A maior parte do grupo de participantes se encontra na fase de inatividade, sendo que, os participantes ainda em atividade apresentam tempo médio para atingimento das elegibilidades para solicitação de início de aposentadoria pelo Plano de apenas 1 (um) ano.

O PB I expõe o Banco a riscos relacionados à longevidade, em decorrência do pagamento de benefícios vitalícios, e de taxa de juros. O PB I se encontra em situação superavitária, apurada conforme regras locais emitidas pelo CNPC e pela PREVIC, sendo os recursos superavitários alocados integralmente em Reserva de Contingência, para garantia dos benefícios. Portanto, conclui-se que não há, no momento, benefícios econômicos disponíveis para o Banco, conforme definição do CPC 33 (R1), resultando na adoção de um Teto do Ativo de R\$ 0 (zero reais).

Em 30/04/2022, o Banco figura como patrocinador de 54 participantes ativos (31/12/2021 - 58), 385 aposentados (31/12/2021 - 386) e 100 pensionistas (31/12/2021 - 95).

➤ Plano de Benefícios II (PB II): implementado no primeiro semestre de 2002, estruturado na modalidade de Contribuição Variável, no qual os benefícios programados de renda vitalícia são determinados na data da concessão do benefício a partir do montante capitalizado das contribuições do BRDE e dos participantes em saldos de conta individuais. A maior parte do grupo de participantes se encontra na fase de atividade.

O PB II expõe o Banco a riscos relacionados à longevidade, em decorrência do pagamento de benefícios vitalícios, e de taxa de juros, ainda que em menor grau do que o PB I, em decorrência da sua estrutura na modalidade de Contribuição Variável, em que durante o período de atividade as contribuições são alocadas em contas individuais e há apenas riscos decorrentes da probabilidade de falecimento ou invalidez dos participantes.

Em 30/04/2022, o Banco figura como patrocinador de 349 participantes ativos (31/12/2021 - 349), 6 aposentados (31/12/2021 - 5) e 17 pensionistas (31/12/2021 - 16).

Devido às disposições contidas no parágrafo 3º do art. 202 da Constituição Federal, o BRDE encontra-se limitado a realizar contribuições ao ISBRE de, no máximo, mesmo valor das contribuições efetuadas pelos participantes. No PB I, as contribuições efetuadas pelo BRDE são paritárias às realizadas pelos seus colaboradores, mesmo inativos. No PB II, as contribuições efetuadas pelo BRDE são paritárias às realizadas pelos seus colaboradores até um nível pré-determinado, observado o Regulamento e o plano de custeio anual. Não é prevista contribuição normal para os assistidos do Plano de Benefícios II.

Como parte da gestão dos planos de benefícios de previdência, o ISBRE implementa estratégias de confrontação de ativos/passivos por meio da realização anual de estudos de *Asset and Liability Management* – ALM, bem como procede estudos de aderência periódicos das tábuas atuariais utilizadas nas projeções de fluxos de caixa com pagamento futuro de benefícios.

25.1.2 – Programa de assistência à saúde – PAS

O BRDE oferece aos seus funcionários aposentados, integrantes do Regulamento de Pessoal I, assim como a seus respectivos dependentes, a exemplo dos funcionários ativos, Programa de Assistência

à Saúde (PAS) com ressarcimento parcial de despesas médicas. O PAS é operacionalizado por meio de seguro saúde administrado pela operadora Unimed Seguro Saúde S/A, na modalidade Ambulatorial e Hospitalar, com abrangência nacional. São também beneficiários do PAS os ex-funcionários que recebem complementação de aposentadoria pelo PB I do ISBRE, e seus respectivos dependentes, bem como os dependentes de funcionários falecidos, tendo por reflexo a necessidade de reconhecimento de passivo pós-emprego pelo BRDE, registrado na rubrica "Outras Obrigações – Diversas".

O PAS é estruturado na modalidade de pós-pagamento, oferecendo cobertura vitalícia de assistência à saúde para os segurados, que também sejam assistidos do ISBRE, e seus dependentes. Portanto, o Programa expõe o Banco a riscos relacionados à longevidade, em decorrência da cobertura vitalícia, de taxa de juros e de elevação dos custos médicos.

Em 30/04/2022, o total de beneficiários com cobertura de pós-emprego é de 831 (31/12/2021 - 846).

25.2 Valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido

25.2.1 – Passivo (ativo) de benefício definido

	PB I		PB II		PAS	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Valor presente das obrigações atuariais	878.858	891.868	27.012	24.328	230.224	236.420
Valor justo dos ativos do plano	(1.088.502)	(1.062.637)	(26.284)	(23.448)	-	-
Deficit (superavit) apurado	(209.644)	(170.769)	728	880	230.224	236.420
Efeito no teto do ativo	209.644	170.769	-	-	-	-
Passivo (ativo) atuarial líquido	-	-	728	880	230.224	236.420

25.2.2 – Conciliação do valor presente das obrigações atuariais

	PB I		PB II		PAS	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Obrigações atuariais no início do período	891.868	1.026.131	24.328	27.371	236.420	257.398
Custo do serviço corrente líquido	26	123	486	1.152	205	805
Contribuições de participantes realizadas no período	432	892	-	-	-	-
Despesa de juros	45.162	65.766	1.276	1.949	12.376	18.260
Benefícios pagos no período	(36.964)	(67.683)	(844)	(737)	(9.118)	(6.458)
(Ganhos)/perdas – mudanças nas premissas demográficas	-	(4.974)	-	(406)	-	-
(Ganhos)/perdas – mudanças nas premissas financeiras	(46.231)	(180.917)	(2.024)	(7.098)	(19.232)	(33.960)
(Ganhos)/perdas – ajustes pela experiência	24.565	52.530	3.790	2.097	9.573	375
Passivo (ativo) atuarial líquido	878.858	891.868	27.012	24.328	230.224	236.420

25.2.3 – Conciliação do valor justo dos ativos

	PB I		PB II	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Valor justo dos ativos no início do período	(1.062.637)	(1.143.214)	(23.448)	(21.422)
Benefícios pagos no período	36.965	67.683	844	737
Contribuições de participante realizadas no período	(432)	(892)	-	-
Contribuições do empregador realizadas no período	(4.674)	(8.497)	(907)	(1.690)
Receita de juros	(54.371)	(73.622)	(1.275)	(1.572)
Retorno sobre ativos abaixo (acima) da receita de juros	(3.353)	95.905	(1.498)	499
Passivo (ativo) atuarial líquido	(1.088.502)	(1.062.637)	(26.284)	(23.448)

25.2.4 – Conciliação do efeito do teto de ativo (*asset ceiling*)

	PB I	
	30/06/2022	31/12/2021
Efeito do teto de ativo no início do período	170.769	105.840
Despesa de juros	9.003	7.013
Mudanças no efeito do teto do ativo	29.872	57.916
Efeito no teto de ativo no fim do período	209.644	170.769

25.3 Reconhecimento dos custos de benefício definido

Conforme item 120 do CPC 33(R1), o BRDE deve reconhecer o custo do serviço e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) atuarial no resultado e as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) em outros resultados abrangentes.

A tabela a seguir apresenta o reconhecimento dos componentes de custo de benefício definido em resultado e em outros resultados abrangentes, bem como a reconciliação do passivo (ativo) atuarial líquido.

	PB I		PB II		PAS	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Passivo (ativo) atuarial líquido no início do período	-	(11.244)	880	5.950	236.420	257.398
Custo do serviço corrente líquido	26	123	486	1.152	205	805
Despesa de juros – valor presente das obrigações atuariais	45.162	65.766	1.276	1.949	12.376	18.260
Despesa de juros – efeito do teto de ativo	9.003	7.013	-	-	-	-
Receita de juros – valor justo dos ativos	(54.371)	(73.622)	(1.275)	(1.572)	-	-
Despesa (receita) reconhecida no resultado	(180)	(720)	487	1.529	12.581	19.065
(Ganhos)/perdas no valor presente das obrigações atuariais	(21.666)	(133.360)	1.766	(5.408)	(9.659)	(33.585)
Mudanças no efeito do teto do ativo	29.873	57.916	-	-	-	-
Retorno sobre os ativos abaixo (acima) da receita de juros	(3.353)	95.905	(1.498)	499	-	-
Remensurações em outros resultados abrangentes	4.854	20.461	268	(4.909)	(9.659)	(33.585)
Contribuições do banco no período	(4.674)	(8.497)	(907)	(1.690)	(9.118)	(6.458)
Passivo (ativo) atuarial líquido no fim do período	-	-	728	880	230.224	236.420

25.4 Composição do valor justo dos ativos

Os planos PB I e PB II mantêm ativos que são utilizados para cobertura total ou parcial das obrigações atuariais. O quadro abaixo apresenta a composição da carteira de investimentos dos planos em classes conforme a natureza e risco desses ativos.

	Plano de Benefícios I		Plano de Benefícios II	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Caixa e equivalente	0,00%	0,00%	0,00%	0,01%
Renda fixa	83,16%	79,69%	74,61%	73,40%
Renda variável	4,01%	4,17%	8,85%	9,58%
Imobiliário	0,59%	0,60%	0,13%	0,14%
Estruturado	8,37%	11,02%	10,91%	10,42%
Carteira de empréstimos	0,42%	0,43%	1,52%	1,55%
Outros	3,45%	4,09%	3,97%	4,90%

25.5 Premissas atuariais

A apuração da obrigação do Banco com os planos de benefícios pós-emprego requer a adoção de estimativas e premissas atuariais e financeiras de longo prazo, bem como a aplicação e interpretação de normas regulamentares vigentes. Portanto, a utilização de estimativas e premissas pode resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado, ocasionando impactos, negativos ou positivos, às operações do Banco.

As taxas de desconto, em termos reais, foram apuradas considerando a interpolação das taxas de referência do índice IMA-B, divulgado pela ANBIMA, conforme a *duration* de cada plano de benefícios pós-emprego: 8,73 anos para o PB I, 14,76 anos para o PB II e 14,08 anos para o PAS.

O quadro a seguir apresenta as premissas atuariais utilizadas para determinar o valor presente da obrigação atuarial.

	PB I		PB II		PAS	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Taxa de desconto atuarial (real)	5,88%	5,25%	6,05%	5,43%	6,05%	5,43%
Retorno real esperado sobre os ativos	5,88%	5,25%	6,05%	5,43%	6,05%	5,43%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	4,00%	3,70%	4,00%	3,70%	N/A	N/A
HCCTR ("inflação médica")	N/A	N/A	N/A	N/A	4,10%	4,10%
Fator de capacidade sobre os benefícios	100%	98,20%	100%	98,20%	100%	98,20%
Fator de capacidade sobre os salários	100%	98,20%	100%	98,20%	100%	98,20%
Inflação esperada	5,26%	5,03%	5,26%	5,03%	5,26%	5,03%
Taxa de desconto nominal	11,45%	10,54%	11,63%	10,73%	11,63%	10,73%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	11,45%	10,54%	11,63%	10,73%	11,63%	10,73%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	9,47%	8,92%	9,47%	8,92%	N/A	N/A
Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento	5,26%	5,03%	5,26%	5,03%		5,03%
Mortalidade geral	AT 2000 (suavizada em 10%), segregada por sexo					
Mortalidade dos inválidos	MI 85, segregada por sexo					
Entrada de invalidez	Álvaro Vindas					
Taxa anual de rotatividade	Nula					
Entrada na aposentadoria	100% na elegibilidade		100% na elegibilidade ao benefício programado		60 anos	
Composição familiar	Família média. Para pensionistas, família efetiva, conforme cadastro		Família média. Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro		Família efetiva (conforme informações cadastrais)	
Aging fator	N/A	N/A	N/A	N/A	Até 24 anos: 1,5% De 25 a 54 anos: 2,5% De 55 a 79 anos: 4,5% 80 anos ou mais: 2,5%	
Take up	N/A	N/A	N/A	N/A	100%	100%
Taxa de desistência após concessão do benefício	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

25.5.1 – Análise de sensibilidade das premissas atuariais

A tabela abaixo apresenta análise de sensibilidade das premissas atuariais significativas, em relação ao efeito no valor presente da obrigação atuarial no caso de alteração de premissa, considerando variações razoavelmente possíveis na data da avaliação atuarial.

Premissa	Análise de Sensibilidade	Impacto R\$ mil			Impacto %		
		PB I	PB II	PAS	PB I	PB II	PAS
Taxa de desconto	aumento de 0,5 p.p	(33.820)	(1.739)	(13.657)	(3,85%)	(6,44%)	(5,93%)
	redução de 0,5 p.p	36.338	1.940	15.287	4,13%	7,18%	6,64%
Expectativa de vida	aumento de 1 ano	19.201	(208)	10.538	2,18%	(0,77%)	4,58%
	redução de 1 ano	(19.434)	226	(10.370)	(2,21%)	0,84%	(4,50%)
HCCTR	aumento de 0,5 p.p	-	-	16.102	-	-	6,99%
	redução de 0,5 p.p	-	-	(14.482)	-	-	(6,29%)

25.6 Fluxos de caixa futuros

25.6.1 – Fluxo de caixa ocorrido no período e esperado para o próximo período

	PB I		PB II		PAS	
	Ocorrido	Esperado	Ocorrido	Esperado	Ocorrido	Esperado
	em 2021	em 2022	em 2021	em 2022	em 2021	em 2022
Contribuições do empregado	4.674	4.361	907	998	9.118	6.506
Contribuições do participante	432	20	-	-	-	-
Benefícios pagos pelo plano	36.964	39.482	844	720	9.118	6.506
Benefícios pagos diretamente pelo banco	-	-	-	-	-	-

25.6.2 – Perfil de vencimento da obrigação atuarial

Os montantes apresentados na tabela abaixo, em R\$ milhões, representam a expectativa de pagamento de benefícios pelos planos de benefícios de previdência e, no caso do PAS, dispêndio de caixa pelo Banco para cobertura das obrigações.

	Plano de Benefícios I	Plano de Benefícios II	PAS
Próximos 5 anos	368	9	60
Entre 6 e 10 aos	331	12	53
Após 10 anos	742	111	117

26. PARTES RELACIONADAS

a) Fundação BRDE de Previdência Complementar – ISBRE

O BRDE aluga salas de propriedade da Fundação ISBRE para uso das suas atividades operacionais. As despesas com o referido aluguel estão registradas em outras despesas administrativas.

A Fundação reembolsa todas as despesas com remuneração e encargos que o BRDE tem com os funcionários cedidos que desempenham funções de diretoria no ISBRE.

O Banco paga à Fundação contribuições mensais na função de patrocinador dos planos de benefício e registra no resultado em despesas com pessoal.

A seguir apresentamos as receitas e despesas incorridas com o ISBRE:

	30/06/2022	30/06/2021
Locação de salas	(381)	(364)
Ressarcimento de salários	534	334
Contribuição patronal	(7.954)	(7.779)
Total	(7.801)	(7.809)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

São partes relacionadas as pessoas físicas integrantes do Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e da Diretoria, assim considerados como pessoal-chave da Administração, que receberam nos semestres findos os seguintes valores constituídos de remuneração, encargos e benefícios:

	30/06/2022	30/06/2021
Benefícios de curto prazo	4.058	3.245
Diretoria	3.894	3.006
Conselho de Administração	133	184
Comitê de Auditoria	31	55
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	-	250
Total	4.058	3.495

c) Agência de Fomento da Paraná S/A – FOMENTO PR

No 1º semestre de 2021, o BRDE concedeu empréstimo, em condições similares aos demais clientes do BRDE, a Agência de Fomento do Paraná (FOMENTO PR), cujo controlador é o Estado do Paraná, um dos sócios do BRDE, sendo que o saldo em 30/06/2022 é de R\$ 8.344 (31/12/2021 – R\$ 9.621).

27. GERENCIAMENTO DE RISCO, GESTÃO DE CAPITAL E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O gerenciamento de riscos do BRDE é desenvolvido em conformidade com as provisões da Resolução 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional aplicáveis às instituições financeiras enquadradas no segmento S3 e como normativos internos, e é baseado em objetivos e políticas estabelecidos pelo Conselho de Administração conforme consolidado na Declaração de Apetite a Riscos do BRDE.

Para alcançar seus objetivos estratégicos, o BRDE assume riscos de diferentes tipos e naturezas inerentes à prática bancária e para isso define os níveis aceitáveis de riscos que está disposto a incorrer e mantém controles para sua identificação, mensuração, mitigação, acompanhamento e reporte, além de gerenciá-los por meio de processos específicos que enfatizam a integridade, a efetividade, a prudência e a responsabilidade pública. O BRDE dispõe de políticas, planos, normas e procedimentos que orientam o gerenciamento dos riscos, proporcionando uma base normativa uniforme e coerente que assegura uma estrutura de controle compatível com a natureza de suas operações; com a complexidade de suas atividades, processos e sistemas; e, com a dimensão de sua exposição ao risco. Tais processos estão inseridos na estrutura de gerenciamento de riscos, coordenada por área específica, apartada das unidades de negócio e de suporte, subordinada ao

diretor responsável pelo gerenciamento de risco (CRO) e supervisionada por comitê interno específico vinculado ao Conselho de Administração e composto por membros externos à instituição.

O Banco Central do Brasil estabelece que as instituições financeiras possuam um patrimônio de referência suficiente para fazer face aos riscos a que estão expostas, em função das atividades por elas desenvolvidas. Os ativos ponderados por risco (RWA, da sigla em inglês para *Risk Weighted Assets*) são a medida da necessidade de patrimônio mínimo das instituições financeiras para fazer frente aos riscos associados a suas atividades. No período ora reportado, o BRDE cumpriu os requisitos de capital previstos na legislação em vigor.

O BRDE não recebe depósitos à vista, nem conta com fundos de natureza fiscal ou parafiscal. Desta forma, seu capital é composto exclusivamente pelo capital social e pelas reservas de lucros e de capital acumuladas. O BRDE mantém ainda plano trienal de contingência de capital, identificando as ações a serem consideradas em possíveis cenários de crise de capital, com a definição da governança necessária para o reestabelecimento dos padrões adequados. Os procedimentos de gestão de capital incluem a análise mensal pela área de gerenciamento de riscos e apreciação periódica pelos comitês de riscos, de gestão e de auditoria, bem como pela Diretoria e Conselho de Administração. O constante monitoramento da adequabilidade de capital, através dos controles supracitados, visa antever a possibilidade de ocorrência de eventos de contingência, possibilitando ações corretivas e mitigadoras, de acordo com o Plano de Contingência de Capital.

28. CAPITAL REGULAMENTAR E EXIGÊNCIA DE CAPITAL

De acordo com os critérios estabelecidos nas Resoluções CMN nº 4.955 e 4.958/2021, e demais normas complementares, apresentamos os valores do Patrimônio de Referência, dos Ativos Ponderados pelo Risco e o Índice de Basileia, na data de 31 de dezembro.

	30/06/2022	30/06/2021
Patrimônio de Referência	3.608.843	3.214.783
Total de ativos ponderados por risco (RWA)	17.784.774	15.522.049
Risco de Crédito - RWACPAD	16.507.390	14.211.815
Risco de Mercado - RWAMPAD	83.124	113.209
Risco Operacional - RWAOPAD	1.194.260	1.197.025
Índice de Basileia	20,29	20,71

29. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Em cumprimento ao art. 35 da Resolução BCB n.º 2/2020 apresentamos 3 cenários para os testes de sensibilidade: um cenário pessimista e dois otimistas. Para definição destes cenários, consideramos o atual momento da economia, impactado pela pandemia causada pela COVID-19, a retomada gradual e a projeção dos juros para 2022 e seus efeitos nos principais itens de balanço:

- ➔ Qualidade da carteira de crédito: para o principal item do balanço do BRDE foram elaborados, pela área responsável, cenários de migração da provisão considerando o porte das empresas, suas áreas de atuação, possíveis recuperações e o seu efeito no resultado.
- ➔ Resultado da intermediação financeira: considerando a relação entre a disponibilidade de *funding* e a procura por crédito;

- ➔ Receita financeira: os cenários foram definidos mantendo o rendimento do CDI ou apresentando uma variação de 1 ponto percentual para cima ou para baixo;
- ➔ Provisão para contingências: possível aumento visto o momento de incertezas que a economia se encontra;
- ➔ Créditos tributários: impacto resultante da movimentação ocorrida nos itens e cenários acima descritos;

O quadro a seguir apresenta os indicadores utilizados em cada cenário e o seu efeito no resultado:

Cenários	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Item sensibilizado	Qualidade da carteira de crédito – variação da PCLD		
Premissa	Aumento de 5%	Redução de 5%	Aumento de 10%
Efeito no resultado	(15.036)	15.036	(30.073)
Item sensibilizado	Resultado bruto da intermediação financeira		
Premissa	Redução de 5%	Aumento de 10%	Aumento de 15%
Efeito no resultado	(43.781)	87.562	131.343
Item sensibilizado	Resultado de receita financeira		
Premissa	CDI -1%a.a.	CDI	CDI +1%a.a.
Efeito no resultado	154.088	164.086	174.040
Item sensibilizado	Aumento da provisão para contingências		
Premissa	Redução de 5%	Aumento de 5%	Aumento de 10%
Efeito no resultado	4.477	(4.477)	(8.954)
Item sensibilizado	Impacto nos créditos tributários		
Premissa	Aumento de 5%	Redução de 5%	Redução de 10%
Efeito no resultado	7.960	(7.960)	(15.920)

DIRETORIA

Diretor-Presidente
WILSON BLEY LIPSKI

Diretor Vice-Presidente e Diretor de
Acompanhamento e Recuperação de Créditos
MARCELO HAENDCHEN DUTRA

Diretor de Planejamento de
Diretor de Operações
OTOMAR OLEQUES VIVIAN

Diretor Financeiro
EDUARDO PINHO MOREIRA

Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS BORGES DA SILVEIRA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
WILSON BLEY LIPSKI

Conselheiros
JOÃO BIRAL JUNIOR
WAGNER CARLOS AICHNER
JULIANA BALDESSAR WEBER BECKER
WAGNER MARCOS SALAI
PEDRO FERNANDO DE ALMEIDA NERY FERREIRA
VANESSA NEUMANN SULZBACH
MARISA MARQUES DE TOLEDO CAMARGO BARROSO MAGNO

FABIANO MEASSI
Contador Geral – CRCRS – 70.237/O-6

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Controladores e aos Diretores do
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE (Banco) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 7 e 9 às demonstrações financeiras, em 30 de junho de 2022, o saldo bruto de operações de crédito é de R\$ 14.550.775 mil, para o qual foram constituídas provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de R\$ 300.725 mil, sendo que durante o semestre foram reconhecidas receitas com operações de crédito e reversões de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito nos montantes de R\$ 715.612 mil e R\$ 12.787 mil, respectivamente. A diretoria exerce julgamento para fins da determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de acordo com o determinado pela Resolução 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional, bem como considera a expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente, com base na experiência passada, cenário atual e perspectivas futuras.

Consideramos este como um dos principais assuntos de auditoria em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) das garantias recebidas para as operações de crédito concedidas, que podem impactar o nível de provisionamento a ser considerado; (iii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iv) do julgamento da diretoria em relação à atribuição de “ratings” que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; e (v) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria abordaram entre outros, o entendimento do processo estabelecido pela diretoria, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a originação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de “rating” por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) análise de garantias recebidas; (v) atualização tempestiva de informações dos tomadores de crédito; (vi) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal e (vii) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, entre outros. Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos à análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos “ratings” atribuídos e indicadores de dias em atraso e envio de cartas de confirmação de saldo diretamente com os tomadores de crédito selecionados; além do confronto do total da base de dados com os respectivos registros contábeis.

Adicionalmente, procedemos com a avaliação dos critérios prudenciais estabelecidos pela diretoria do Banco para constituição de provisão de perda esperada adicional ao mínimo estabelecido pela Resolução 2.682/99 do CMN, incluindo as análises preparadas pela diretoria do Banco.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria para apuração e registro contábil das operações de crédito e da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, assim como as divulgações efetuadas nas notas explicativas nº 7 e 9 às demonstrações financeiras, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Planos de benefício pós-emprego

O Banco possui passivos atuariais relacionados a planos de benefícios pós-emprego que, conforme mencionado na nota explicativa nº 25 às demonstrações financeiras, compreendem benefícios de previdência e programa de assistência à saúde, totalizando R\$ 230.952 mil, em 30 de junho de 2022. Consideramos como um dos principais assuntos de auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos e à complexidade dos modelos de avaliação dos passivos atuariais, que contemplam a utilização de premissas de longo prazo, tais como: mortalidade geral; entrada em invalidez; custos médicos; crescimento salarial; composição familiar; taxa de desconto e inflação.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Com o suporte de nossos especialistas atuariais procedemos, dentre outros procedimentos, a análise da metodologia e das principais premissas utilizadas pela diretoria na avaliação das obrigações atuariais decorrentes dos planos de benefício pós-emprego, verificamos a exatidão matemática do cálculo das reservas e analisamos a consistência dos resultados face aos parâmetros utilizados nas avaliações. Também fez parte dos procedimentos de auditoria a realização de testes de integridade das bases de dados cadastrais utilizadas nas projeções atuariais e a suficiência das divulgações relacionadas aos planos de benefício pós-emprego nas demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os planos de benefício pós-emprego, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de avaliação das obrigações atuariais adotadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 25 às demonstrações financeiras, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Recuperabilidade dos créditos tributários

Em 30 de junho de 2022, o Banco mantém registrado ativo fiscal diferido no valor de R\$ 268.948 mil, conforme apresentado em nota explicativa nº 18 às demonstrações financeiras, constituído substancialmente sobre diferenças temporárias na apuração da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, decorrentes principalmente de perdas com créditos temporariamente indedutíveis e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, para contingências e para benefícios pós-emprego.

Consideramos este como um dos principais assuntos de auditoria devido a relevância do montante registrado e razoável grau de julgamento na determinação de premissas sobre a performance futura do Banco e do estudo de realização desses ativos, conforme descrito na nota explicativa nº 18 às demonstrações financeiras.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Dentre outros procedimentos, envolvemos nossos especialistas tributários para validação das bases de cálculo tributáveis e da movimentação do crédito em concordância com a legislação vigente. Ainda analisamos a metodologia e as premissas utilizadas pela diretoria no estudo de realização dos créditos tributários, incluindo as projeções de resultados futuros, bem como o atendimento aos requerimentos do Banco Central do Brasil. Verificamos a exatidão matemática no cálculo e a consistência entre os dados utilizados e os saldos contábeis, assim como a consistência com as avaliações anteriores, a razoabilidade das premissas utilizadas e a suficiência das divulgações em notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os créditos tributários, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os saldos registrados e os critérios e premissas relacionadas ao estudo de realização, incluindo as projeções de resultados futuros, preparados pela diretoria do Banco, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 18 às demonstrações financeiras, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao semestre findo em 30 de junho de 2022, elaborada sob a responsabilidade da diretoria do Banco, e apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 24 de agosto de 2022

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/F


Renata Zanotta Calçada
Contadora CRC - RS 062793/O-8

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA Período findo em 30.06.2022

INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria - COAUD é um órgão estatutário do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, constituído em 22 de junho de 2016, com suas atividades definidas pela Lei nº 13.303/2016 e nos termos da Resolução CMN nº 4.910, de 27/05/2021, vigente a partir 01/01/2022. As informações constantes deste relatório são as requeridas pelas normas supracitadas que estabelecem que o Comitê de Auditoria deve elaborar, ao final dos semestres findos em 30 de junho e 31 de dezembro, documento denominado relatório do comitê de auditoria. Durante o 1º semestre de 2022, o órgão estatutário reuniu-se duas (02) vezes, onde foram exercidas as atribuições regulamentares e analisadas as demonstrações financeiras da data-base de 30.06.2022, sendo examinado e aprovado o Relatório do Comitê de Auditoria relativo às atividades desenvolvidas no período, e o resumo a seguir:

I - AUDITORIA INTERNA

O Comitê avaliou as atividades da Auditoria Interna, atestando a efetividade e adequação dos procedimentos e do cumprimento de dispositivos legais e normativos internos e externos aplicáveis ao BRDE. Também acompanhou a evolução do atendimento pelas áreas gestoras, das recomendações emitidas pela AUDIN e pela auditoria independente, objetivando a mitigação dos riscos identificados.

II - SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

O Comitê avaliou as atividades da Superintendência de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, atestando a efetividade dos sistemas de controle interno da Instituição no cumprimento dos dispositivos legais.

III - AUDITORIA INDEPENDENTE

O Comitê avaliou como satisfatória a qualidade e o detalhamento das informações fornecidas pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. sobre as demonstrações financeiras do BRDE e demais relatórios obrigatórios e/ou contratuais, não tendo sido constatadas situações que possam prejudicar a independência dos auditores.

IV - SUPERINTENDÊNCIA FINANCEIRA

Em atendimento às atribuições de revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis semestrais, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente, o Comitê de Auditoria apreciou os seguintes documentos: as Demonstrações Financeiras do BRDE; o Estudo Técnico dos Créditos Tributários Diferidos de imposto de renda e contribuição social; a mensagem da Diretoria; e Relatório dos Auditores Independentes, referentes à data-base de 30 de junho de 2022. Com base nas atividades desenvolvidas, e com o respaldo da auditoria interna, não foi identificado descumprimento das normas, atos ou omissão por parte dos administradores do BRDE que indicasse a existência de fraudes, falhas ou erros que coloquem em risco a fidedignidade das informações publicadas, assim como não foram observadas situações nas quais existam divergências significativas entre a Administração, os Auditores Independentes e o Comitê de Auditoria. Desta forma, concluímos que as demonstrações financeiras do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE foram elaboradas em conformidade com as normas legais e regulamentares. Deste modo, recomendamos a sua aprovação e encaminhamento ao Conselho de Administração.

Porto Alegre, 22 de agosto de 2022.

ALEX MUSSOI RIBEIRO
Coordenador do Comitê de Auditoria
Representante do Estado de SC

LAUREN DE VARGAS MOMBACK
Integrante do Comitê de Auditoria
Representante do Estado do RS

EDERSON J. PINHEIRO COLAÇO
Integrante do Comitê de Auditoria
Representante do Estado do PR